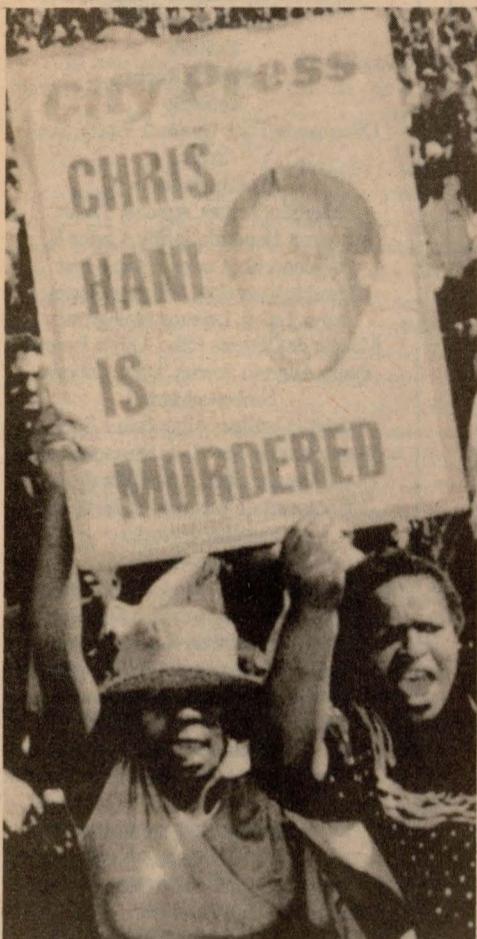




Falta de emprego sacode a Europa

No início de abril, milhares de trabalhadores de vários países da Europa realizaram protestos contra o desemprego que cresce com a crise do capitalismo.

PÁGINA 9



Protestos contra a morte de C. Hani

Líder comunista é assassinado na África do Sul

PÁGINA 10

Vendida a CSN governo acelera as privatizações

PÁGINA 5

Fome leva o povo a nova onda de saques no Rio

PÁGINA 4

Sociedade pressiona contra Lei de Patentes

Representantes da sociedade civil estiveram pela segunda vez na Câmara Federal, em audiência pública, pressionando para que os deputados não aprovem a Lei de Patentes,

que prevê o patenteamento de remédios, alimentos e seres vivos, entre outros itens.

A mobilização já rendeu frutos com a apresentação de uma emenda

considerada de "salvação nacional". O deputado Aldo Rebelo (PCdoB/SP), fala da importância de barrar mais essa herança collorida.

PÁGINAS 6 e 7



UNE marca greve para 4 de maio

O 39º Coneg da UNE, realizado em Campinas de 9 a 11 de abril, marcou uma greve nacional dos estudantes para o dia 4 de maio. As mobilizações continuam pelo rebaixamento das mensalidades escolares e em defesa da escola pública. No Congresso Nacional, os estudantes pressionaram pela aprovação de uma LDB democrática.

PÁGINA 8

Estudantes lutam por uma LDB democrática, contra o aumento das mensalidades

CARTAS

Justiça

(Homenagem a Paulo Fonteles)

Paraense destemido
Advogado do povo
Um dia você decidiu
Lutar pelos camponeses
Orgulho da santa terra

Cassado, foi prisioneiro
Em nome dos brasileiros
Seu sangue lavou a terra
Aguarda em paz, camarada
Reinar na pátria amada

Fontes de águas claras
O camponês consciente
Não teme seguir em frente
Trazendo a tua bandeira
E ela se tornará
Luz para as grandes batalhas
E um dia nós faremos
Sem dividir os pequenos

Divina reforma agrária
Em nome dos camponeses

Louvo teu nome guerreiro
Iremos um dia aprender
Morrer para sempre viver
Amando a pátria amada

Antonio José Fernandes
Americana - SP

Bola fora na Cobraf

A torcida brasileira, de todas as bandeiras, lamenta a insólita e retrógrada decisão da Cobraf de proibir as coreografias nas comemorações dos gols nas partidas de futebol.

O mundo futebolista é unânime quanto à crise profunda em que se encontra a arbitragem no Brasil. O bandeirinha-ginecologista Rogério Idealli, que anulou a pintura de gol do Paulo Sérgio no clássico Corinthians e São Paulo, alterando o curso da partida, é apenas um grotesco exemplo do festival de besteiras e injustiças protagonizadas nas quatro linhas por apitadores e auxiliares. Mas a Cobraf, em sua burrice e burocratismo olímpicos, cuida apenas de punir quem faz o espetáculo - o craque e a torcida.

Friendricheich, Ademir, Zizinho, Pavão, Canhoteiro, o "cabecinha de ouro" Neco e outros tantos ídolos-artilheiros que encantaram várias gerações de torcedores, certamente não comemoravam o gol "a la" Viola. Mas que comemoravam, comemoravam. E com muita vibração. Na memória de todas as torcidas está indelevelmente gravada a imagem do "rei" Pelé dando socos no ar, coreografia que se repetiu mais de mil vezes. E quem não sente saudades da pirâmide humana e de Jairzinho ajoelhado nos gramados de Guadalajara?

Durante certo tempo, o futebol foi se tornando frio e rotineiro, cronometrado, sem vida, como quer a Cobraf. Agora, nos anos 90, às vésperas de nova Copa, da elegância de Raí,

Chegamos ao nº 100

Com a presente edição, o jornal *A Classe Operária* completa mais um ano, chegando ao nº 100 de sua VI fase. Numa trajetória difícil, ora enfrentando a repressão das ditaduras, as perseguições políticas, a clandestinidade; ora as dificuldades financeiras, o órgão central do PCdoB vem, desde seu surgimento em 1º de maio de 1925, mantendo no alto a bandeira dos ideais revolucionários e do socialismo. Nos momentos mais difíceis da vida nacional, foi ele o orientador, o fator de união e que deu alento ao partido na defesa dos interesses do povo e da nação brasileira.

Hoje, cresce em importância o papel que o jornal pode jogar. É que a derrota das experiências socialistas na URSS e no Leste europeu colocou em situação desfavorável o movimento revolucionário. A luta de idéias ganhou força no embate para fazer prevalecer o ideal socialista. Sob a ótica do marxismo-leninismo, *A Classe Operária* é uma tribuna de denúncia das mazelas do

capitalismo no Brasil e no mundo; de descortino do rumo socialista; de divulgação das iniciativas revolucionárias; de defesa intransigente da soberania nacional, da democracia e dos direitos dos trabalhadores.

Para cumprir essa tarefa à altura, sabemos que é preciso um maior esforço do jornal do coletivo partidário, da direção às bases, num movimento de valorização do Jornal. Pensamos que o mês de maio, aniversário do jornal, deve ser um período de concentração de esforços para o aprimoramento editorial e do visual gráfico d'*A Classe*. Esta será a melhor maneira de comemorar mais um ano de vida.

Ana Maria Rocha



do ímpeto de Viola, da leveza de Bebeto, das bombas de Neto, da explosão de Luís Henrique, dos dribles de Edmundo, da categoria de Evair, Bismarck e Valdir, ressurgem o caminho do gol e com ele a alegria e a esperança dos torcedores de botar outra vez a mão no caneco, depois de mais de duas décadas de jejum. E com gols, alegria e esperança, o povo volta aos estádios que explodem na dança, nas "olas" e em toda a miríade de formas de comemoração das arquibancadas e gerais.

Foi nesse novo ambiente que apareceu a coreografia-Viola, instantaneamente reproduzida em todos os campos de futebol do país e até nas escolinhas de preparação de craques-mirins. Um espetáculo à parte, a dança, complemento e expressão lúdica de uma alegria fugaz - o gol. O futebol continua vivo, apesar da Cobraf, na cara sorridente de meninos e velhos e nos pés de Viola, com seus golaços e atrevidas coreografias.

Mas se a Cobraf não entende sequer de futebol e arbitragem, que dirá da arte e do que faz a festa do torcedor.

Uma sugestão para o jornal: que dê, sempre que houver espaço, alguma cobertura aos esportes. Vêm aí o Brasileiro/93, os Panamericanos e as Eliminatórias da Copa. E as finais do Paulistão/93 prometem muitas emoções. E bola na rede!

Zé Reinaldo e
Daniel Ilirian Carvalho
SP

Carta ao Estadão

Na edição de 23 de março, o Estado de S. Paulo rasgou manchete sob o tema de que monarquistas dos partidos de "esquerda" defendiam o retrógrado sistema de governo. O texto logo após o título relaciona, entre outros, o PCdoB. Mas, ao ler a matéria, não se encontra uma única referência concreta a militantes ou filiados ao partido que justificasse o destaque dado ao subtítulo referido.

Obs. Esta carta foi publicada pelo jornal O Estado de S. Paulo do dia 6 de abril.

Pedro Oliveira
São Paulo - SP

Contra as maracutaias

Sou militante do PCdoB desde 1987 e participei do movimento estudantil, sempre na busca da dignidade humana. Tenho convicção de que precisamos lutar contra as maracutaias que aí estão. Uma minoria dita as normas de sobrevivência e a maioria vive em estado de miséria absoluta. Temos de buscar resultados positivos visando promover a modernidade do partido; readequá-lo a uma nova realidade; adotar novas estratégias de luta; manter o exercício ativo do diálogo com os companheiros para respaldar uma nova estratégia no movimento.

Urias Fonseca Rocha
Presidente do Sindesp - MS

ASSINE A CLASSE

Nome _____	CEP _____	Telefone _____
Endereço _____		
Bairro _____		
Cidade _____	Estado _____	Profissão _____
		Data ____/____/____
Assinatura anual:	Cr\$ 480.000,00	
Assinatura semestral:	Cr\$ 240.000,00	
Assinatura trimestral:	Cr\$ 120.000,00	
Assinatura anual de apoio:	Cr\$ 960.000,00	
Assinatura semestral de apoio:	Cr\$ 480.000,00	
Assinatura trimestral de apoio:	Cr\$ 240.000,00	

Preencha e envie hoje mesmo este talão para o Serviço de Assinaturas de A Classe Operária. Coloque junto um cheque em nome da Empresa Jornalística A Classe Operária Ltda. Nosso endereço é: Rua Adoniran Barbosa, 53 - Bela Vista, São Paulo - SP. Fone: (011) 34-4140. Fax: 36-0412.

A Classe Operária

Diretor e Jornalista Responsável
João Amazonas
Editora
Ana Maria Rocha
Redação
Dilermando Toni, Guiomar Prates, Sueli Scutti
Colaboradores
Altamiro Borges, Antonio Carlos Queiroz, Bernardo Joffily, Carlos H. Vasconcelos, Carlos Pompe, José Reinaldo Carvalho, Jefferson Barros, Juarez Tadeu, Lejeune Matogrosso, Moacyr de Oliveira Filho, Olívia Rangel, Pedro Augusto Pereira, Pedro Oliveira, Umberto Martins
Projeto Gráfico: Auracébio e Equipe
Diagramação: José Luis Manuera Reyes
Composição e Arte Final
Compuart - Fone: (011) 278-1634
Fotolito: Enfocke
Impressão: Artgraph
Administração: Vera Lúcia Lopes da Silva - Arquivo: Leandro Shillipake
Secretaria: Silvia Regina Lopes
Publicação Quinzenal da Empresa Jornalística A Classe Operária - Rua Adoniran Barbosa, 53 - Bela Vista - São Paulo - SP - Fone (011) 34-4140 - Fax: (011) 36-0412

Sedes Regionais do PCdoB

ACRE - Rio Branco - R. Rio Grande do Sul, 65 - (068) 224-7329 - ALAGOAS - Maceió - Ladeira do Brito, 72 - Centro - (082) 221-4634/221-4728 - AMAZONAS - Manaus - R. Luiz Antony, 762 Centro - (092) 233-7717 - AMAPÁ - Macapá - Av. Feliciano Coelho, 882 - Bairro do Trem - BAHIA - Salvador - R. Carlos Gomes, 873 - Centro - (071) 321-6420/321-6622 - CEARÁ - Fortaleza - R. São Paulo, 1.037 - Centro - (085) 221-4090 - DF - Brasília - HIGS Bloco G Casa 67 - (061) 225-8202/225-3933 - ESPÍRITO SANTO - Vitória - R. Prof. Baltazar, 152 - Centro - (027) 222-8162 - GOIÁS - Goiânia - Avenida Anhanguera, 3.599 - Ed. São Luis - 3º andar - Centro - (062) 212-4014 - MARANHÃO - São Luiz - R. Viana Vaz, 110 - Centro - (098) 222-5295 - MINAS GERAIS - Belo Horizonte - R. Padre Belchior, 285 - Centro - (031) 222-3161 e 173-1519 - MATO GROSSO DO SUL - Campo Grande - R. Treze de Maio, 3.835 - Casa 1 - Centro - (067) 721-1390 - MATO GROSSO - Cuiabá - R. Comandante Costa, 548 - Centro - (065) 321-5095 - PARÁ - Belém - R. Manoel Barata, 1.157 - Reduto - (091) 229-5200 - PARAÍBA - João Pessoa - R. Pedro II, 932 - Centro - (083) 221-8325 - PERNAMBUCO - Recife - R. Afonso Pena, 233 - Boa Vista - (081) 231-2038 - PIAUÍ - Teresina - R. Desembargador Freitas, 1.216 - Centro - (086) 221-1162 - PARANÁ - Curitiba - R. André de Barros, 26 - Casa 6 - Centro - (041) 223-5920 - RIO DE JANEIRO - Rio de Janeiro - R. 13 de Maio, 33 - 16º andar - Conj. 1601 - Centro - (021) 240-5286/220-1366 - RIO GRANDE DO NORTE - Natal - Praça Kennedy - R. Vaz Godin, 86 - Centro - (084) 222-6323 - RONDÔNIA - Porto Velho - R. Tenreiro Aranha, 2.122 - Centro - (069) 222-4242 - RORAIMA - Boa Vista - Avenida Capitão Júlio Bezerra, 953 - São Francisco - (095) 224-1870 - RIOGRANDE DO SUL - Porto Alegre - R. Dr. Vale, 142 - Floresta - (0512) 229-4173 - SANTA CATARINA - Florianópolis - Avenida Mauro Ramos, 475 - Centro - (0482) 24-1927 - SERGIPE - Aracaju - R. Lagarto, 890 - Centro - (079) 224-8664 - SÃO PAULO - São Paulo - R. Condessa de São Joaquim, 272 - Liberdade - (011) 277-3322 - TOCANTINS - Gurupi - (063) 321-3213

Opinião

Defesa do socialismo e luta pela unidade

JOSÉ REINALDO CARVALHO
Membro do CC do PC do B

Há um ano surgia a Declaração de Pyongyang. Originalmente assinada por cerca de 80 partidos comunistas, revolucionários e socialistas reunidos na capital da RPD da Coreia em abril do ano passado, a Declaração já conta com a adesão de 170 partidos em todo o mundo. Singelo em sua forma direta e concisa, o documento ergue bem alto a bandeira do socialismo num momento em que é intensa a ofensiva anticomunista e forte a pressão da direita sobre países independentes, socialistas e partidos emancipadores para adotarem o receituário da doutrina neoliberal. Quando o desencanto, o pessimismo e a dispersão faziam estragos em segmentos expressivos da esquerda em todos os continentes, eis que surgem, com a Declaração de Pyongyang, um fator que impulsiona a luta e enseja a reaglutinação das forças avançadas da libertação nacional e social.

Ao levantar a bandeira do socialismo e da unidade do movimento, a Declaração de Pyongyang faz ao mesmo tempo a defesa da independência de cada partido, rechaçando assim práticas nocivas do passado, como a de tentar transformar o conjunto dos partidos em força auxiliar, caudatária e seguidista de algum grande partido no poder, com hegemonia decretada aprioristicamente. Com muita ênfase, assenta-se o princípio de que nas relações entre forças revolucionárias a nível internacional, unidade e hegemonia não podem coexistir.

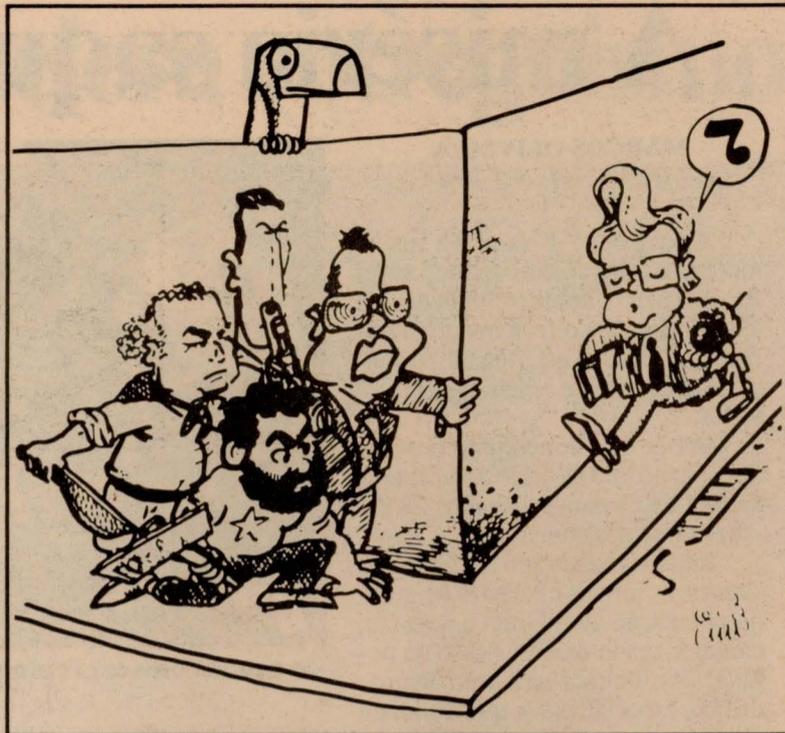
A luta pela unidade do movimento socialista é tarefa de primeira ordem de todo partido de linhagem marxista-leninista, internacionalista por sua própria essência, natureza e caráter de classe. Por mais tempestuosos que tenham sido os acontecimentos históricos desde o primeiro chamamento de Marx e Engels, há século e meio, e por maiores que tenham sido as alterações operadas na situação mundial, com o desenvolvimento diversificado das nações em decorrência da ação objetiva das leis econômicas sob o capitalismo, implicando estratégias e táticas distintas das forças que lutam pelo socialismo, permanece atual o lema "Proletários de todos os países, unidos!"

Não bastasse isso, a constatação de que é poderosa a ofensiva da direita, caracterizando um período de refluxo ou defensiva estratégica do movimento socialista, impõe que se redobre o esforço pela reaglutinação e a unidade das forças comunistas, revolucionárias e socialistas a nível mundial.

Este esforço deve ser paciente, exige aturada atividade teórica e prática, escoimada de sectarismo e das vãs pretensões de impor verdades absolutas e definitivas. Há que ter presente que hoje o movimento comunista tem nova configuração, apresenta diversidade de opiniões e diferenciação de critérios. Sem abrir mão dos princípios, é nosso dever tomar em consideração as opiniões alheias, afirmar nosso próprio pensamento sobre questões polêmicas, sem contudo jamais cair na veleidade de interferir nos assuntos internos de algum partido ou Estado.

A reafirmação da identidade comunista, a defesa dos países socialistas, como Cuba, China, Coreia do Norte, Vietnã e Laos, ainda que existam diferenças de enfoque quanto à interpretação sobre os caminhos escolhidos por cada um deles para construir a nova sociedade, e a disposição de enfrentar em conjunto os desafios apresentados pela crise teórica e prática do movimento socialista, são pontos de partida que a Declaração de Pyongyang teve o mérito de apontar.

A luta pela unidade do movimento socialista é tarefa de primeira ordem de todo partido marxista



Direita prejudica parlamentarismo

Chegamos à reta final da campanha do plebiscito de 21 de abril. As vésperas da votação, as pesquisas indicam a preferência do eleitorado pelo presidencialismo. Só a abertura das urnas revelará o resultado definitivo. Mas os índices apontados revelam que a campanha parlamentarista não empolgou suficientemente a opinião pública. Não conseguiu convencer a população de que o parlamentarismo poderia significar uma renovação democrática.

A adesão ao parlamentarismo de expoentes da direita contribuiu para confundir. Essa situação foi ainda agravada no final da campanha com as declarações abertamente antidemocráticas de representantes das elites dominantes. Fleury, Delfim Neto, Maluf e Fernando Henrique Cardoso, para citar alguns, passaram a defender abertamente a implementação de reformas antidemocráticas.

O voto distrital, a restrição partidária seriam condições fundamentais para a implantação do parlamentarismo no Brasil. Utilizaram a campanha parlamentarista para apregoar a adoção de mecanismos políticos ainda mais autoritários, elitistas e excludentes que os atuais. O povo brasileiro, que sofre com a profunda crise, está interessado numa mudança do sistema de governo que significasse uma perspectiva de avanço democrático. Não conseguiu ligar

essa expectativa ao parlamentarismo, cuja campanha teve a marca do conservadorismo.

Os comunistas partiram da consideração de que o presidencialismo demonstrou ser, ao longo da história republicana, antidemocrático e inadequado à realidade brasileira. Defenderam, desde a Constituinte de 1987-88, a adoção do parlamentarismo, concebido como governo de co-responsabilidade entre o Executivo e o Legislativo, tendo como pressuposto a existência de um parlamento aberto à presença das correntes populares e sensível à pressão e influência das massas. Postularam, desde a definição do plebiscito, a defesa do parlamentarismo democrático, que assegurasse a mais ampla liberdade de organização e funcionamento dos partidos políticos e garantisse o aperfeiçoamento do voto proporcional.

É como defensores intransigentes da democracia que os comunistas condenam energicamente a monopolização da campanha parlamentarista pelos setores reacionários, que tentam sacramentar o voto distrital puro ou misto e restringir os partidos políticos. Ao defender até o fim o parlamentarismo democrático, não vão admitir, qualquer que seja o resultado do plebiscito, as investidas contra a democracia tramadas pelas elites brasileiras.

1º de maio dia da luta operária

JOÃO BATISTA LEMOS
Membro do CC do PC do B

"A partir de hoje nenhum operário deve trabalhar mais de oito horas por dia! oito horas de trabalho! oito horas de repouso! oito horas de educação!"

Esta foi a palavra de ordem unitária lançada pelas entidades sindicais em 1886 nos Estados Unidos. O 1º de maio de 1886 foi um dia diferente para Chicago. As fábricas, os transportes e o comércio estavam paralisados. Foi o estopim para desencadear a ira da burguesia, que resultou num verdadeiro banho de sangue, assassinato de operários, massacre de populares e enforcamento de suas principais lideranças: Parsons, Engel, Fischer, Lingg, Fielden e Shuwas foram condenados à prisão perpétua.

Vale a pena resgatar parte da última defesa feita por Spies: "Aqui terão apagado uma faísca, mas lá e acolá, atrás e na frente de vocês, em todas as partes as chamas crescerão. É um fogo subterrâneo e vocês não podem apagá-lo."

Confirmando as palavras de Spies, o 1º de maio foi adotado para a comemoração do Trabalho pelo Congresso da Internacional de Paris em 1889 e confirmado pelos congressos de Bruxelas, em 1891, Zurique, em 1893.

Marx, em seu célebre O Capital, assinalava que a luta pela redução da jornada de trabalho se equiparava a uma verdadeira guerra civil, mais

O desemprego estrutural é característica desta crise do capitalismo. Leva à pobreza e à degradação social dos trabalhadores e concentra a riqueza nas mãos de poucos monopólios

ou menos aberta, entre o capital e o trabalho. E à medida que foi conquistada a proibição legal e definitiva de prolongar a jornada de trabalho, o capital lançou-se ao aperfeiçoamento da maquinaria para absorver maior quantidade de força de trabalho. "Essa tendência logo atingirá um ponto crítico, em que será inevitável nova redução das horas de trabalho." (O Capital)

Se na época foi com a máquina-ferramenta, tocada a vapor, a forma de explorar ao máximo a força de trabalho, depois a eletromecânica, hoje é

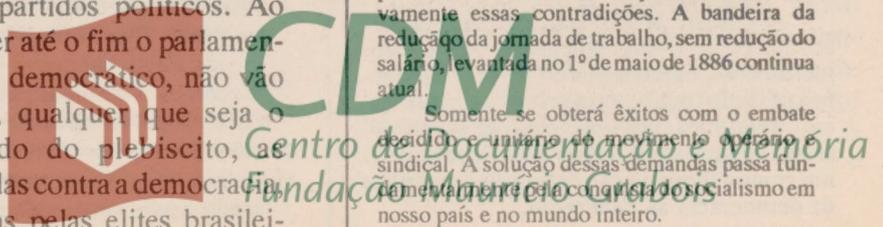
a produção flexível com base na microeletrônica a forma mais eficaz.

Ao lado do desenvolvimento extraordinário das forças produtivas, o capital mostra-se cada vez mais impotente para absorver a força de trabalho, excluindo grandes contingentes do processo produtivo e elitizando o mercado. O desemprego estrutural é uma grande característica desta crise do capitalismo. Leva ao empobrecimento e à degradação social das massas trabalhadoras e concentra a riqueza nas mãos de um punhado de grandes monopólios transnacionais.

Nos países do terceiro mundo, a situação é de miséria crescente. No primeiro mundo, a situação também é grave: somados os doze países da Comunidade Européia, a taxa média de desemprego em fevereiro atingiu 10,1%, 16 milhões de desempregados; os Estados Unidos acusavam 7,3% em dezembro; e o Japão, 2,4%, em crescimento.

No Brasil soma-se ao desemprego a prolongada recessão o desemprego estrutural nos grandes centros urbanos. São sete milhões de desempregados, com o mínimo de proteção do Estado, e um quadro de inflação de 30% ao mês. Diante dessa situação, as saídas para o sindicalismo classista assumem duas dimensões: a defesa dos interesses imediatos e a luta por um novo sistema social que resolva definitivamente essas contradições. A bandeira da redução da jornada de trabalho, sem redução do salário, levantada no 1º de maio de 1886 continua atual.

Somente se obterá êxitos com o debate decisivo e unitário do movimento operário e sindical. A solução dessas demandas passa fundamentalmente pelo fortalecimento do socialismo em nosso país e no mundo inteiro.



NACIONAL

Unegro combate
a discriminação

O gabinete do vereador Vital Nolasco junto com a União de Negros pela Igualdade de (SP) estarão promovendo um Seminário Municipal de Combate a Discriminação Racial. O evento será realizado no dia 15 de maio, das 9 às 17 horas no auditório do Sindicato dos Marceneiros.

O Seminário será dividido em duas partes. Na primeira, que acontecerá pela manhã, haverá três painéis enfocando a questão racial no mundo, no Brasil e na cidade de São Paulo. Estão convidados para estes painéis os professores Clóvis Moura, Hélio Santos e Maria Aparecida Baccega. A parte da tarde ficará reservada para a discussão de projetos.

A UNEGRO, co-promotora do Seminário, estará organizando seminários regionais nos núcleos de bairros. O evento é de grande importância tendo em vista o recrudescimento da violência racial à medida em que avança o projeto neoliberal. Aumenta a marginalização social que atinge prioritariamente a população negra. Além disto, cresce a violência dos grupos neonazista inclusive no Brasil - recentemente, um jovem foi morto por um bando de skin-heads na cidade de Santo André, o que vem levando a população negra a discutir formas de autodefesa e de combate à violência neonazista.

Manter no rumo certo

A Chapa de situação "PRA MANTER NO RUMO CERTO" Encabeçada por Daltro Maciel foi a grande vencedora nas eleições para a União das Associações de Bairros de Caxias do Sul - UAB e que tem como um de seus membros Porci dos Santos, que é atual Vice-Sul da CONAM.

Foram 5602 votos para a chapa 1 composta por lideranças comunitárias progressistas e de esquerda de Caxias do Sul, e 3642 votos para a chapa de oposição composta por um racha de lideranças do PDT que se juntaram a frente de direita que dirige a Prefeitura (PFL, PTB, PL e PSDB), que mesmo com uso da "máquina" da Prefeitura de forma escandalosa foram fragorosamente derrotados.

Além da União também foram eleitas 96 novas Direções de Associações de bairros todas, inclusive a UAB, através de voto direto e secreto tendo participado da eleição aproximadamente 11.000 eleitores, coordenados por uma Comissão Eleitoral dirigida pelo ex-vereador do PCdoB em Caxias do Sul, Elói Frizzo.

Eleição na Fecosul

Tomou posse, no dia 1º de Abril de 1993, a nova diretoria da Federação dos Empregados no Comércio do Rio Grande do Sul, que tem digo, que é encabeçada pelo dirigente da Corrente Sindical Classista José Carlos Schulte.

Schulte, foi reeleito para presidir a Fecosul pela 4ª gestão consecutiva e em seu discurso de posse, fez questão de reafirmar a luta dos comerciários do RS, as lutas gerais do povo brasileiro e a defesa da luta pelo socialismo.

Estiveram presentes dirigentes de Federações cutistas do Rio Grande do Sul, o Presidente da CUT Estadual Jairo Carneiro, o Dirigente do PCdoB Gaúcho José Freitas e diversas entidades sindicais de todo o estado, fazendo desta atividade de posse um importante ato político.

A eleição da Fecosul, pela última vez aconteceu de forma colegiada, pois o Congresso dos Comerciários do RS (em Novembro passado) deliberou a reforma estatutária, indicando que as próximas eleições da Fecosul sejam congressuais. - Para isso, Schulte definiu como a implantação definitiva e completa da democracia na Federação.

A miséria saqueia o Rio

MARCOS OLIVEIRA
Comitê Regional - PC do B - RJ

A nova onda de saques à supermercados e mercearias que ocorre no Rio de Janeiro, desde o último dia 29, já totalizava até o fechamento desta edição, 18 saques consumados e quase uma dezena de tentativas fracassadas.

Não se trata de nenhuma novidade, pois no ano passado às vésperas da ECO-92 foram saqueados 28 estabelecimentos comerciais.

Imediatamente após o início dos saques, os jornais e revistas de grande circulação abordaram a questão, caracterizando-a como "caso de polícia". Atribuíram-na à ação de quadrilhas especializadas que vendiam produtos de consumo através de camelôs - e à ausência de ação mais enérgica das forças policiais estaduais.

Ao mesmo tempo, a Associação Brasileira de Supermercados solicitou a interferência do Exército e da Polícia Federal para "identificar os grupos responsáveis e acabar com estes atos de vandalismo".

Esse enfoque unilateral e tendencioso, demonstra a insistência das elites em dar as costas à grave crise social que o país atravessa.

Os fatos, porém, demonstram que a realidade é bastante diferente e muito mais chocante que os saques. Após a realização de um saque no bairro Riachuelo, uma jovem moradora da favela Mandala, radiante com a oportunidade, exclamou: "Carne é uma delícia". Outro morador, líder do saque, que se identificava como Betão, negando qualquer orientação de pessoas de fora da comu-



Os saques crescem com a fome

nidade, justificava: "Saqueamos porque estamos na miséria".

Miséria revelada pelo IBGE, em dados estatísticos, no seu último anuário (vide matéria publicada na Classe nº 99). Números que demonstram que existem 32 milhões de brasileiros abaixo da linha da miséria. Outro relatório - do Banco Mundial - aponta o Brasil como primeiro lugar em número de crianças desnutridas em idade pré-escolar na América Latina. São mais de 5 milhões existentes nessa faixa etária. O BID, por sua vez, revela que ocupamos o 3º lugar em mortalidade infantil.

Esses dados ficam mais vivos quando lemos depoimentos como o de uma mãe relatando ao Jornal do Brasil que seu filho antes de falecer, vítima de desnutrição crônica; ou seja, fome, perguntou-lhe "se no céu não tinha pão".

Este quadro que as elites fingem

ignorar na hora de defender a sua propriedade da ameaça dos "vândalos", contrasta com outro que elas conhecem de perto - o da alta concentração da riqueza.

Não é difícil, portanto, compreender que as desigualdades sociais, a fome, a falta de condições básicas de sobrevivência, são na realidade a principal causa dos saques, do aumento da criminalidade e da violência. Não se trata aqui de ignorar a possibilidade de participação de setores do crime organizado nestes saques. Mas daí, ignorar a amplitude e as motivações sociais dos acontecimentos e atribuir sua origem à vontade de "alguns grupos" é procurar força em casa de enforcado. Se as elites desejam saber quem são os "grupos responsáveis", podemos afirmar que são os monopólios, os especuladores, os sonegadores, os empresários, os banqueiros, os latifundiários, ou seja: eles mesmos.

Funai gera confusão no Amazonas

MARCIA CLAUDIA SENNA
do Amazonas

Índios e segmentos extrativistas madeireiros do Vale do Javari, no Amazonas, estão vivendo uma situação inusitada sobre a demarcação da reserva indígena na região: a ameaça de um conflito armado tendo como fator gerador a própria Funai. Isso porque o órgão, de forma arbitrária e autoritária, resolveu demarcar a área da reserva sem se preocupar em ouvir as partes diretamente envolvidas (índios e extrativistas) e a própria sociedade local.

O resultado de todo esse procedimento não poderia ser mais caótico: a área a ser demarcada será de 8.338 Km², o que significa a ocupação de grande parte dos municípios de Benjamin Constant, Tabatinga e Atalaia do Norte (que formam o Vale do Javari), onde este último é o mais atingido, perdendo 95% da sua área.

A Funai proibiu a extração e o escoamento da produção de madeiras em toras pelos rios Javari, Ituí e Itacuaí, além de impedir o acesso à região de pescadores e outros trabalhadores, gerando graves consequências políticas e econômicas.

Para encaminhar a resolução do problema de forma pacífica, reuniões no Vale do Javari, reunindo lideranças políticas, populares, indígenas e religiosas dos três municípios, além de representantes da Funai. A primeira reunião aconteceu em novembro do ano passado, por proposição do deputado Eron Bezerra (PC do B/AM). Já a segunda, em dezembro, foi uma iniciativa do Conselho Indígena do Vale do Javari (Givaja), onde foi lançada a proposta da terceira reunião, transformada no I Encontro sobre Demarcação, Madeira e Alternativas Econômicas do Vale do Javari, realizada no mês passado. Neste encontro entrou em parte a realidade político sócio-econômica da região, a posição dos representantes indígenas, e as propostas para contornar a situação.

Dentre os pontos comuns acordados, estão a exploração madeireira que acontece, essencialmente, na área indígena do Javari, onde vivem 12 povos silvícolas, num total aproximado de três mil índios; as constantes invasões na área e a preocupação quanto ao destino dos ribeirinhos com a demarcação reduz consideravelmente o território disponível para realização de ativi-

dades extrativistas dos municípios, principalmente de Atalaia do Norte e Tabatinga, e aceitam negociar uma solução.

De início, as prefeituras dos municípios envolvidos, madeireiros e outros segmentos da sociedade definiram dois pontos básicos a serem seguidos: primeiro, reestudo da área com participação das autoridades locais e, segundo, visita conjunta entre estes segmentos para identificar áreas tradicionalmente ocupadas pelos índios.

Dessa forma, índios e não-índios tentam encontrar uma solução rápida e benéfica para ambos, afastando o clima de tensão criado pela decisão unilateral da Funai.

"Os indígenas e os demais segmentos da Javari fizeram a parte mais difícil, que foi de um encaminhamento pacífico ao problema. Agora, cabe às instituições governamentais, principalmente a Funai, darem respaldo para efetivar um programa mínimo de trabalho e adotarem medidas de bom senso, sem provocarem um quadro de convulsão moral e social a ponto de criar uma perspectiva de conflito armado na região", analisou o deputado Eron Bezerra.

NACIONAL

Privatizações

Governo acelera entreguismo

DILERMANDO TONI

Nem bem uma semana havia se passado da privatização da Companhia Siderúrgica Nacional - CSN - começaram a vir a público as primeiras notícias de fraudes em torno do leilão da empresa que foi durante décadas um dos maiores símbolos da soberania brasileira. Dessa maneira, aquilo que era uma suspeita levantada por setores comprometidos com a defesa do patrimônio público transforma-se numa contundente denúncia por parte de um espectro mais amplo de forças, em nome da ética e da moralidade.

O jornalista Luís Nassif, em sucessivos artigos da *Folha de São Paulo* pôs a nu as fases e os protagonistas de toda a operação espúria de privatização da CSN "que custou por baixo US\$ 535 milhões ao patrimônio público". Nassif coloca como pivôs da maracutaia o advogado Jorge Serpa e Roberto Procópio de Lima Neto. Esse último quando foi indicado por Collor para a presidência da CSN cumpriu a missão inicial de "reorganizar administrativamente a companhia e de cooptar os trabalhadores para a sua aventura". O mal-afamado Eduardo Modiano, então presidente do BNDES, teria dado a sua "contribuição" à operação ampliando "para 20% do capital as ações disponíveis aos trabalhadores da companhia e garantiu-lhes financiamento amplo e favorecido, fugindo completamente das regras gerais estabelecidas para todo o programa".

Trabalhador manipulado

Só que o trabalhador ao concordar em comprar ações da empresa teve que entrar para um clube de investimentos, este sim, com poder de voto e cuja direção foi indicada pelo próprio Lima Neto, que, dessa forma teria o controle do fundo durante 12 anos.

De posse desse cacife foi fácil para Lima Neto negociar (suspeita-se que recebendo uma gorda comissão) com os grupos financeiros a divisão do restante do bolo. Espera-se para um curto prazo o início da transferência dos clubes de investimentos "dos trabalhadores" para as mãos dos bancos. Se se colocar ao lado disso a liberação dos Fundos de Pensão poderem participar do leilão na véspera de sua realização por parte do presidente Itamar Franco, não ficará difícil de entender porque a CSN foi vendida pelo preço mínimo quando se esperava um ágio de pelo menos 30% sobre o preço inicialmente estabelecido. Só aí o prejuízo foi de US\$ 300 milhões.

Itamar Franco, apesar de alertado, fez vistas grossas a tudo isso, deu carta branca a Montoro Filho, da Comissão de Desestatização e à José de Castro Ferreira, advogado geral da União, que comandou pessoalmente a luta jurídica pela



Democratas resistiram à entrega da CSN

EVANDRO TEIXEIRA

privatização. Além disso, Itamar decidiu processar Luís Nassif.

Mas a CPI da privatização proposta pelo Senador Amir Lando, para qual os partidos estão indicando seus representantes, parece que vai ter muito mais o que apurar. Logo após o Leilão, o presidente do Conselho Administrativo da Vicunha - empresa que adquiriu 9,13% do controle da CSN - Jacques Rabinovich declarou que sua empresa tinha feito "um bom negócio especialmente porque o BNDES ofereceu financiamento de 12 anos a simpáticos(!) juros de 6,5% ao ano". Ou seja, pouco mais de 0,5% ano mês. Mas, ainda no dia 13 do corrente o governo colocou um grande volume de Bônus do Banco Central (BBCs) para rolar Cr\$ 140 trilhões de dívida interna que venceriam no dia seguinte. Pagou uma taxa de 41,98% para um período de 28 dias. Esta taxa/over, descontada a projeção do mercado futuro de juros para o mês de maio, representa um juro de 32,94% para maio. Considerando-se uma inflação de aproximadamente 30% para o mês em questão teremos uma taxa real (líquida) de 3% pagos por mês pelo governo. Vale dizer, o governo para juros de mais de 30% e cobra 6% ao ano para os grandes grupos financeiros, que têm sido os principais compradores das estatais.

Situação se agrava

O leilão da CSN foi um marco no processo de privatização das estatais brasileiras. De agora por diante as forças que defendem a continuidade da aplicação do projeto neoliberal sentem mais fortalecidas para executar o plano de colocar o Brasil como mero apêndice da economia imperialista. Alegres e sorridentes, estes senhores têm ocupado as páginas dos jornais com quatro propostas básicas:

1 - Manutenção do atual calendário de privatizações. O cronograma inclui quatro empresas para os pró-

ximo leilões, a saber: Ultrafértil (4 de maio); Petrocoque (14 de maio); Cosipa (13 de julho) e Açominas (26 de julho). Dessa maneira o parque siderúrgico e petroquímico estatal estaria liquidado até o fim do ano.

2 - Ampliação do programa com a inclusão de novas empresas que seriam privatizadas em ritmo acelerado. Nessa lista incluídas todas as subsidiárias da companhia Vale do Rio Doce. Um estudo do Ministério da Fazenda recomenda a venda da própria Vale, empresa eu no triênio 89/91 somou um lucro líquido de US\$ 1,5 bilhão. Seriam leiloadas também nessa etapa, sete hidrelétricas, três termoeletricas do sistema Furnas e a Petrobrás Distribuidora.

3 - Na revisão constitucional prevista para o final do ano, propor o fim do monopólio das telecomunicações e do petróleo a fim de que sejam privatizadas, pelo menos partes, da Telebrás e da Petrobrás. É bom que se saiba que aí estão os setores mais estratégicos e mais rentáveis. A Telebrás apresentou ao final de 92 um lucro líquido de US\$ 304 milhões.

4 - O governo deverá enviar em breve ao Congresso Nacional um projeto para ser apreciado com urgência no sentido de possibilitar a compra de 100% do capital das empresas estatais pelo capital estrangeiro. A minuta do projeto já se encontra nas mãos do presidente Itamar Franco.

As justificativas para tais posições não têm nenhum fundamento. Fala-se que, com o dinheiro apurado, o governo pagaria parte da dívida pública e com isso conseguiria abaxiar as taxas de juros. Quanto as maiores facilidades ao capital estrangeiro elas estariam corrigindo a "discriminação" de que ele tem sido vítima.

É o reforçamento da ofensiva neoliberal parecida com os tempos de Collor de Mello. E o governo de Itamar Franco vai se acomodando a essa situação. Isso tem gerado críticas justas e provocado a indignação dos setores patrióticos e populares do país.

Aglutinar forças em defesa da nação

ANA MARIA ROCHA

Membro do CC do PC do B

A entrega da CSN, símbolo da industrialização do Brasil, feriu profundamente os brios dos brasileiros e causou revolta a todos que almejam uma pátria livre e soberana. Indignação aumentada pela consciência de que essa capitulação abre caminho para outros atentados aos interesses do Brasil como a realização de novos leilões de estatais produtivas, a aprovação da lei de Patentes, os ensaios de liquidação da Embraer e as investidas contra o sistema de monopólio do petróleo.

Os trabalhadores, os setores e partidos democráticos e patrióticos não podem concordar com essas concessões que afetam gravemente os interesses nacionais e as aspirações populares. O descontentamento se generaliza ainda mais quando a entrega das riquezas brasileiras é feita no momento em que se aprofunda a crise social, o desemprego cresce, a fome aumenta, a inflação dispara e os salários são arrojados, evidências de que o país caminha para uma crise de dimensão inusitada.

As forças populares e progressistas que foram às ruas pelo impeachment de Collor, sabem que Itamar chegou ao Planalto em situação especial. Que depende de um Congresso de maioria conservadora, não tem partido político próprio, não conta com base de sustentação efetiva na Câmara e no Senado. Por isso mesmo torna-se mais suscetível à enorme pressão das forças externas e internas, reacionárias

O esforço é de aglutinar forças em defesa dos interesses nacionais e manter espírito crítico diante das concessões do governo

e antinacionais, que se recusam a cooperar na superação da crise, exigem concessões descabidas, numa verdadeira conspiração contra a soberania nacional e a democracia.

Para enfrentar esse rolo compressor, o esforço deve ser redobrado no sentido de aglutinar

forças populares, democráticas e patrióticas em defesa dos interesses nacionais, da democracia e dos direitos dos trabalhadores e do povo. Manter o espírito crítico e vigilante diante das concessões que o governo vem fazendo em relação ao patrimônio nacional e a exigência de solução para os problemas que afligem o povo. Sem perder de vista, ao mesmo tempo, que o momento não é de fazer oposição ao governo e cair no jogo dos círculos políticos de direita, que fazem ataque cerrado a Itamar tendo em vista projetar suas candidaturas para 1994.

Para os democratas, o que está na ordem do dia é elevar a consciência dos brasileiros da necessidade da união para enfrentar a crise, exigindo a condução do país no rumo da retomada do desenvolvimento, da defesa do patrimônio nacional e a exigência de solução para os problemas que afligem o povo. Sem perder de vista, ao mesmo tempo, que o momento não é de fazer oposição ao governo e cair no jogo dos círculos políticos de direita, que fazem ataque cerrado a Itamar tendo em vista projetar suas candidaturas para 1994.

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Gróbois

NACIONAL

Projeto é herança collorida

MOACYR DE OLIVEIRA FILHO
de Brasília.

Na terça-feira da semana passada, 13 de abril, pela segunda vez o plenário da Câmara dos Deputados foi transformado em Comissão Geral para debater, com representantes da sociedade civil, o polêmico Projeto de Lei sobre a Propriedade Industrial, conhecido como Lei de Patentes.

Representantes do governo, dos empresários nacionais, da SBPC, da CUT, da ANDES, da UNE, do Fórum pela Liberdade do Uso do Conhecimento e das multinacionais farmacêuticas ocuparam a Tribuna do plenário da Câmara para expor aos parlamentares suas opiniões sobre o projeto, que deverá ser votado no começo do próximo mês.

As intervenções foram marcadas por comportamentos distintos. De um lado, os setores progressistas, democráticos e nacionalistas que condenam o projeto foram contundentes nas suas denúncias. De outro, os representantes dos interesses do imperialismo e das multinacionais procuraram dissimular seus reais objetivos entreguistas e fizeram uma defesa tímida e envergonhada dos pontos mais polêmicos do projeto, caracterizado como herança collorida.

Prática medieval

A intervenção mais contundente foi, sem dúvida, a do professor J. W. Bautista Vidal, ex-Secretário de Ciência e Tecnologia, que falou em nome do Fórum pela Liberdade do Uso do Conhecimento. Depois de denunciar que a mídia nacional está bloqueando a consciência do povo manipulando o debate sobre a Lei de Patentes, o professor Bautista Vidal fez uma enérgica crítica ao próprio instituto das patentes:

"A patente é uma reserva de mercado monolítica de âmbito mundial. É uma prática medieval, embora naquela época se aplicasse aos feudos e não ao mundo. Hoje se pretende aplicá-la ao mundo. É um poder incomensurável. É um poder de destruição, de monopólio e de reserva de mercado hediondo para o lado fraco, mas extremamente vantajoso para o lado forte", afirmou.

Bautista Vidal traçou com força um quadro preocupante para o futuro do Brasil, caso a Lei seja aprovada pelo Congresso Nacional: "Esta Lei nos coloca na República Velha. Ela fecha as portas do Brasil à terceira revolução industrial. Vamos ser uma Nação do oitavo nível, porque sem tecnologia nada é viável. A competição não é viável. E a patente fecha o mercado durante 20 anos", argumentou, questionando:

"Quem vai investir centenas de milhões de dólares, se durante 20 anos não poderá ter o ressarcimento dos resultados obtidos pelo seu esforço? Quem?", respondendo ele mesmo: "Nenhuma empresa é louca para entrar em uma aventura dessa natureza. Nenhuma Nação entrou nesse esquema. Estamos fazendo exatamente o que nenhuma Nação do mundo fez. Evidentemente, quando tivermos um poder tecnológico a nível



mundial, como o Japão, a Itália, a Suíça, aí nos convirão as patentes".

O professor Bautista Vidal alertou, ainda, para os reflexos negativos da Lei de Patentes sobre a agricultura brasileira, argumentando: "Se esta Lei for implantada, esta extraordinária agricultura tropical que há séculos vimos construindo, e hoje já produz 80 milhões de grãos, será totalmente destruída. Esta Lei vai destruir a agricultura brasileira, vai destruir a indústria farmacêutica, vai destruir a nossa indústria em geral". Além disso, o representante do Fórum alertou sobre a inconstitucionalidade do Projeto de Lei: "Esta Lei é profundamente inconstitucional, porque fere a livre iniciativa, a dignidade humana e porque inviabiliza a estrutura econômica brasileira, quer seja no setor industrial, quer seja no setor agrícola".

Impacto nos preços

Já o presidente da SBPC, professor Ênio Candotti, destacou os reflexos da aprovação da Lei de Patentes sobre o preço dos medicamentos e das sementes: "O preço das sementes e medicamentos depende da Lei de Patentes. O que este Congresso determinar terá grande impacto na saúde, na alimentação, na economia popular e no desenvolvimento científico e tecnológico do país. Isso porque, ao conceder uma patente, dá-se direito de monopólio na exploração, produção e comercialização de uma droga ou de uma semente engenherada. Monopólio significa arbitrariedade na determinação do preço e sinônimo de reserva de mercado, de esterilização do sistema moderador de preços e da concorrência".

Esse mesmo enfoque foi dado, também, pelo representante da CUT, Lafaiete Pereira Biet: "As consequências da aprovação desse Projeto de Lei serão bastante trágicas para o nosso país, pois haverá aumento de preço dos produtos da cesta básica, alimentos, remédios, produtos de higiene e limpeza, inseticidas, defensivos e insumos agrícolas, produtos hospitalares e farmacêuticos, devido aos royalties que deveremos pagar. E mais uma vez, quem

sairá mais penalizada será a população pobre".

O presidente da SBPC lembrou, ainda, que o interesse público é que deve nortear a discussão sobre as patentes. "Os instrumentos necessários ao tratamento de doenças devem ser mantidos fora dos acordos e direitos patenteados. O interesse público deve justificar a revisão de uma concessão de monopólio. Não acredito que alguém possa duvidar que, se existisse uma vacina para curar e proteger milhões de brasileiros que pudesse ser reconstruída em nossos laboratórios, esteja ou não sobre proteção patentária, que alguém prefira pagar os preços extorsivos com que ela seria oferecida ao mercado pelo detentor da patente ao invés de produzi-la aqui", defendeu Candotti.

Política de ciências

Os reflexos da Lei de Patentes sobre a produção científica e tecnológica do país foram analisados pela intervenção do representante da ANDES, Márcio Antônio de Oliveira. "É preciso que o país defina uma política de ciência e tecnologia nesse novo contexto internacional. O sucateamento da universidade resulta da ausência de uma política de defesa do interesse público no âmbito da ciência e da tecnologia da qual deve decorrer a regulamentação da propriedade industrial. O que estamos presenciando é o inverso. A regulamentação da propriedade industrial é que está servindo de pretexto para se definir a política de ciência e tecnologia para atrelar a produção do conhecimento a uma determinada linha política", argumentou.

Na sua opinião, a aprovação dessa Lei traz graves prejuízos para a soberania nacional. "A aprovação do projeto que aí está implica em uma política de submissão e de atrelamento aos interesses das empresas transnacionais, ao governo norte-americano, e, portanto, uma linha de capitulação aos interesses hegemônicos do capital nessa esfera comercial do mundo contemporâneo que busca reservas de mercado através do domínio da tecnologia. Exigimos a

preservação da liberdade no uso do conhecimento, a afirmação da superioridade do interesse público sobre o privado e a participação da sociedade e o desenvolvimento de nossa produção científica e tecnológica".

A polêmica questão do patenteamento de seres vivos e da biodiversidade foi abordada com precisão pelo representante do Fórum Brasileiro das Associações Não-Governamentais e dos Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, David Hathaway, que usou o exemplo da apropriação sobre a cultura indígena para discutir esse aspecto da Lei: "A riquíssima farmacopéia de inúmeros povos indígenas e tradicionais vem sendo apropriada por laboratórios internacionais. Quem é o legítimo dono do conhecimento sobre as plantas, suas qualidades medicinais, seu preparo, suas dosagens, esse conhecimento verdadeiramente científico que já deu origem a tantos remédios de grande valor não só medicinal mas também financeiro? Hoje, um quarto de todos os remédios prescritos no mundo são de origem vegetal, e seu valor de venda alcança mais de 40 bilhões de dólares ao ano. Os laboratórios comerciais pouco mais fizeram do que comprovar e viabilizar comercialmente a produção patentada do conhecimento alheio. E o que é que os índios ganham com isso, além do desprezo e da extinção?"

Novo colonialismo

Falando em nome da juventude carapintada, o presidente da UNE, Lindbergh Farias, fez uma apaixonada defesa da liberdade do uso do conhecimento pelos povos, de forma soberana e independente. "Um país que não tem condições de desenvolver o seu conhecimento de uma forma autônoma, um país sem possibilidade de construir um futuro, um país que não tem desenvolvimento científico e tecnológico autônomo é um país que está fadado eternamente à dominação. O que está em jogo para nós, estudantes, nesse Projeto, é a possibilidade de desenvolvermos o nosso conhecimento", argumentou.

E acrescentou: "É muita ingenuidade tentar comparar a nossa capacidade de produzir ciência hoje com a de alguns grupos econômicos dos países centrais do mundo. É uma analogia barata. É como se construíssemos um teto às possibilidades do conhecimento em nosso país. Nós podemos desenvolver até aqui. Daqui para cima, tudo está patentado. No fundo, isso é uma nova divisão internacional do trabalho. Ficamos com a tecnologia complementar, periférica, enquanto as grandes potências ficam com a tecnologia de ponta. Isso é até uma nova forma de colonialismo".

Concluindo sua intervenção, Lindbergh sintetizou os reais objetivos do Projeto de Patentes: "O que querem com essa legislação é impedir que o Brasil, no futuro, consiga desenvolver-se com as suas próprias mãos. O que querem, na verdade, é que continuemos dependentes por muito tempo".

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

NACIONAL

Aldo recusa patentes

MOACIR DE OLIVEIRA FILHO
de Brasília

Nas próximas semanas, o Congresso Nacional deverá votar o polêmico Projeto de Lei sobre a Propriedade Industrial, mais conhecido como a Lei de Patentes. Enviado pelo governo Collor, o Projeto é combatido por expressivos setores da sociedade brasileira, que vêem nele uma perigosa ameaça à soberania nacional e ao bem-estar da população. Para esclarecer algumas questões importantes sobre o assunto, a Classe entrevista o líder do PCdoB na Câmara Federal, deputado Aldo Rebelo.

Classe - Qual a intenção do governo ao enviar ao Congresso a Lei de Patentes?

Aldo - Em primeiro lugar, cumprir um acordo de campanha feito com os Estados Unidos, que exigiam o envio desse Projeto de Lei. Em segundo lugar, o Projeto de Patentes era parte do programa neoliberal do governo Collor, ou seja, retirar do Brasil a capacidade de participar do mercado mundial com produtos de alto valor agregado, deixando-o livre aos Estados Unidos e seus parceiros.

Classe - Como está hoje a situação desse Projeto no Congresso Nacional?

Aldo - Escolhido o deputado Ney Lopes (PFL-RN) como relator do Projeto, ele preparou um substitutivo muito pior que o projeto original de Collor. Contra as idéias de Ney Lopes ergueu-se praticamente toda a sociedade. Da Igreja aos sindicatos, passando pelos pesquisadores até a indústria nacional. Depois do impeachment de Collor e da posse de Itamar Franco, o governo apresentou uma proposta de emenda intermediária entre os interesses nacionais e as exigências dos monopólios estrangeiros. Hoje, na verdade, existem essas três posições: o substitutivo Ney Lopes, totalmente entreguista e sem respaldo na sociedade brasileira; o substitutivo do governo, que evita os danos mais graves, mas ainda faz muitas concessões; e a posição do Fórum Nacional pela Liberdade do Uso do Conhecimento, expressa em diversas emendas ao Projeto original, ao substitutivo de Ney Lopes e ao do governo Itamar, que busca defender os interesses nacionais.

Classe - O Colégio de Líderes já definiu um calendário para votar a matéria?

Aldo - Provavelmente a votação será entre o final de abril e o começo de maio. Nesse caso, o substitutivo de Ney Lopes estará totalmente prejudicado, uma vez que sequer foi votado na Comissão Especial. A disputa, então, será entre o projeto original de Collor, a emenda de Itamar e as diferentes emendas apresentadas pelo Fórum.

Classe - Qual a posição do PCdoB sobre o Projeto?

Aldo - Desde o início da discussão sobre o tema, o PCdoB vem

denunciando, com veemência, a trama que se arma contra os interesses de nosso povo e do país. Para nós, a concessão de patentes, ou seja, de um privilégio, é uma ameaça ao bem-estar, à saúde de nosso povo e à segurança do país, na medida em que depois de concedida a patente ninguém mais tem o direito de produzir, por exemplo, um medicamento ou um tipo de semente patenteados. Portanto, é uma limitação do uso social do conhecimento e dos bens produzidos. Por esse motivo, o PCdoB elaborou um conjunto de emendas vetando a concessão de patentes para medicamentos, sementes, biotecnologia e microorganismos.

Classe - O que está por trás desse Projeto de Patentes?

Aldo - Nos últimos dois anos, desencadeou-se sobre o Brasil uma grande ofensiva para alterar o nosso Código de Propriedade Industrial, de 1971. Sobressaem aí, fundamentalmente, os interesses dos grandes laboratórios norte-americanos e europeus em auferir lucros fabulosos sobre os povos dos países em desenvolvimento. Não utilizam argumentos, mas um arrazoado de falsificações que a imprensa conservadora se encarrega de derramar sobre a sociedade brasileira.

Classe - E quais são esses argumentos?

Aldo - O primeiro deles é o de que o Brasil pratica a pirataria na proteção à propriedade intelectual. Isso é absolutamente falso. A primeira legislação brasileira de proteção à propriedade intelectual data de 1809, sendo antecedida, apenas, por legislações similares da Inglaterra, França e Estados Unidos. Ora, o quarto país do mundo a ter uma lei específica sobre o tema ser acusado de pirataria é uma grosseira mentira. Argumentam ainda os monopólios que as patentes poderiam transferir tecnologia para o Brasil. Outro absurdo, uma vez que, no mundo de hoje, a produção de mercadorias com elevado teor tecnológico se concentra cada vez mais em um reduzido grupo de países industrializados. O que a Lei de Patentes tem como objetivo, na verdade, é impedir que o Brasil possa se afirmar como nação competitiva no setor de tecnologia avançada.

Classe - Por que isso aconteceria com a aprovação da Lei?

Aldo - Veja o caso dos Estados Unidos. Eles avançaram no domínio da biotecnologia, mas não detêm a matéria-prima para processar esse



Aldo: Pirataria é falso argumento

conhecimento, uma vez que os recursos genéticos disponíveis no planeta se encontram, em sua maioria, nos países tropicais, como o Brasil. Conceder patentes agora é dar de graça aos monopólios norte-americanos o direito de se apropriarem de vastos recursos genéticos que se encontram na Amazônia, por exemplo. Com isso, corremos o risco de ter de pagar patentes pelo uso de um medicamento extraído de uma planta nativa do território brasileiro.

Classe - E qual será a consequência prática da aprovação dessa Lei, por exemplo, no preço dos medicamentos?

Aldo - Inevitavelmente os preços vão subir de forma absurda. Em suas palestras sobre o assunto, o presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, Enio Candotti, costuma trazer dois frascos de AZT. O de fabricação nacional, que não paga patentes, custa praticamente a metade do preço do produzido pelo laboratório estrangeiro. A Lei de Patentes tornará ainda mais difícil o acesso da população pobre aos medicamentos.

Classe - Como a questão das patentes deve ser tratada pelo Brasil?

Aldo - A adoção de patentes deve obedecer estritamente as necessidades da elevação da qualidade de vida do povo e do desenvolvimento do país. Os Estados Unidos, por exemplo, até hoje não respeitam patentes na área da energia nuclear. Imaginemos nós que os demais países do mundo tivessem aceito na época o patenteamento da bomba atômica. Seria a mesma coisa que patentear a submissão de todas as nações do planeta ao inventor do artefato nuclear.

Aldo contesta
exposição

Aldo Rebelo, líder do PCdoB na Câmara dos Deputados, apresentou ofício ao presidente da Câmara pedindo a suspensão de uma exposição de gravuras sobre Jerusalém, instalada naquela Casa. Aldo argumenta que a exposição legitima a ocupação militar da parte oriental de Jerusalém por Israel. Em 1980, Israel declarou "formalmente" anexada a parte oriental da Cidade Santa, violando resoluções da ONU. O Conselho de Segurança das Nações Unidas determinou a seus países membros não reconhecer a anexação e não instalar embaixadas estrangeiras em Jerusalém, resolução acatada.

Aldo lembra que Israel tem cercado o culto religioso de muçulmanos e cristãos na cidade santa de Jerusalém, o que não combina com o livre exercício dos cultos religiosos previsto na Constituição brasileira.

Aniversário do PCdoB

Ao completar 71 anos de fundação, o PCdoB recebeu cumprimentos da Câmara Municipal de Bento Gonçalves (RS), por iniciativa do vereador comunista Paulo Roberto Wunsch; da Assembléia Legislativa do Ceará, por proposta do deputado Inácio Arruda (PCdoB); da Câmara Municipal de Barra do Garça (MT), por sugestão do vereador pelo PCdoB, Zózimo Wellington Ferreira (Chaparral); e do vereador Júlio Martins, PCdoB de Rio Grande (RS).

Pedidos de apuração

São várias as manifestações pela apuração do assassinato do dirigente do PCdoB e vice-presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Araguaína (GO), Mozarniel Patrício Pessoa, ocorrido em 16 de março último. Entre elas, da Câmara Municipal de Itabuna (BA), pedida pelos vereadores comunistas Leonício Guimarães e Davidson de Magalhães; da Câmara de São José dos Campos (SP), solicitada pelo vereador João Bosco (PCdoB); e da Assembléia Legislativa do Ceará, proposta pelo deputado Inácio Arruda.

Contra privatização

Em Juiz de Fora (MG), por pedido do vereador pelo PCdoB, Paulo Rogério dos Santos, a Câmara aprovou moção contra a privatização da CSN, cuja cópia foi enviada ao presidente da República e outras autoridades. Os vereadores conclamam o "povo brasileiro a lutar contra o processo de privatização ora em curso no país."

Solidariedade a Edson

Por indicação do vereador comunista Edvaldo Nogueira, a Câmara de Aracaju (SE) aprovou requerimento em solidariedade ao vereador carioca Edson Santos (PCdoB), condenado pela Justiça por apoiar famílias de sem-teto.

Assembléia de mandato

O vereador Javier Alfaya, PCdoB de Salvador (BA), realiza a primeira assembléia de seu mandato, para discutir a situação política e a atuação do partido, bem como a nova realidade do mandato do PCdoB na cidade, o que exige "novos laços e compromissos políticos."

Meia-entrada

Está pronto para ser votado na Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados o projeto de lei da deputada Jandira Feghali (PCdoB-RJ), que institui a meia-entrada para todos os estudantes brasileiros. A UNE e a UBES estão preparando a mobilização estudantil pela aprovação do projeto.

MOVIMENTOS

Democratização
da ComunicaçãoIVAN BOERE SOUZA
de Porto Alegre

Ampliar a luta pela democratização dos meios de comunicação no Brasil. Essa foi a idéia principal expressada na IV Plenária do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação, realizada durante os dias 26, 27 e 28 de março, na sede da ABI, no Rio de Janeiro.

Com a presença de dezenas de delegados, representando comissões, pró-comitês, comitês e entidades nacionais, o encontro tem importante significado político. A opinião geral é de que sem a democratização dos meios de comunicação, o Brasil não atingirá uma situação efetivamente democrática.

Entre as decisões tomadas pela IV Plenária, ficou definido que durante o mês de maio, de 5 a 23, será promovida a Quinzena da Lei da Informação Democrática, que servirá para coletar milhares de assinaturas em apoio à Lei e para formação de novos comitês pela democratização da comunicação. Esta atividade coincidirá com uma iniciativa conjunta da CNBB e outras entidades.

Embora tenha ocorrido um razoável aqodamento na discussão, principalmente no terceiro dia, o encontro levantou importantes questões como a Lei da Informação Democrática (Projeto de Lei Zaire Rezende), as novas tecnologias e outras. Como consequência (e talvez também como causa) do referido aqodamento houve boa dose de superficialidade nos debates.

Entretanto, estes e outros problemas que o Fórum tem encontrado não anulam a importância dessa frente de luta, que demanda atitudes ofensivas nos campos teórico e prático por parte dos setores progressistas.

Nesse sentido, dois aspectos sobressaem como pontos de estrangulamento e que devem ser superados para que o movimento adquira o vigor necessário ao tipo de enfrentamento a que se propõe:

1º - Faz-se necessário um maior aprofundamento da discussão;

2º - O movimento tem potencial, mas iniciativas devem ser tomadas no sentido de torná-lo massivo.

Uma atitude visando a superação nesses dois aspectos está diretamente relacionada com a compreensão do papel que os meios de comunicação exercem hoje na luta social, principalmente os monopólios e oligopólios da área. Cientistas das mais diversas áreas já têm manifestado suas preocupações nesse terreno. A manipulação da consciência dos indivíduos é algo em que as classes dominantes vêm se aperfeiçoando, atingindo níveis de altíssima "qualidade".

Também não poderia ser muito diferente. Com a crise econômica e social permanente engendrada pelo imperialismo, é justamente no terreno da ideologia que pode ser construído o muro da contenção do ascenso da luta de massas.

Sabedora da importância e complexidade da questão subjetiva, a burguesia trata-a com o devido rigor. Não vacila em distorcer a realidade em destruir e criar valores, em ocultar ou mentir. Desde as músicas que escutamos até as edições dos telejornais estão impregnadas dessa política de dominação. Os exemplos são inúmeros, mas isso fica para a reflexão do leitor.

Coneg fortalece a UNE

GUIOMAR PRATES

O 39º Conselho Nacional de Entidades Gerais (Coneg) da UNE, realizado nos dias 9 a 11 de abril, na Unicamp (Campinas-SP), foi uma resposta à campanha que vem sendo orquestrada pelos setores conservadores contra a entidade nacional dos estudantes universitários. Com a presença de 99 DCEs e UEEs de todo o país, o Coneg reafirmou a luta contra o aumento abusivo das mensalidades e em defesa da universidade pública, marcando para o dia 4 de maio, uma greve nacional dos estudantes das escolas particulares e das públicas. Decidiu também que o Congresso da UNE será realizado de 9 a 13 de junho, em Goiânia.

A maioria das entidades presentes votou pela independência frente ao governo Itamar Franco e pela oposição intransigente à privatização das empresas estatais.

Justiça

Este Conselho aprovou que a UNE interpele judicialmente Hélio Rech e Ernani Fernandes Moreira, diretores da entidade que se utilizaram do reacionário. *O Estado de São Paulo* para fazer "denúncias de irregularidades" na contratação da empresa responsável pela emissão da carteira estudantil. "É estranho que esses dois diretores só venham levantar esse problema seis meses depois da licitação que aprovou a contratação da empresa. Nunca colocaram suas desconfianças em nenhum fórum da UNE, nem sequer nas reuniões de diretoria. Se aliaram às elites para jogar lama no ventilador, com o único objetivo de enfraquecer a UNE e semear a dúvida entre os estudantes", afirmou o tesoureiro da entidade, Orlando Silva.

Sem nenhuma prova, os dois foram politicamente derrotados no Coneg, quando outros diretores mostraram os documentos da licitação e pareceres de importantes juristas, como Saulo Ramos, autor da lei das licitações, comprovando que o processo foi realizado com perfeita lisura. Agora, Hélio e Ernani deverão ser responsabilizados por danos morais e materiais. "Na verdade, esses diretores, ligados a uma parcela irresponsável do PT, se aliaram aos setores mais reacionários na tentativa de desgastar a imagem da UNE e impedir que ela aumente sua estrutura, o que é indispensável para mobilizar os estudantes e manter o poder de influência na sociedade, conquistado por sua atuação consequente durante o processo do impeachment de Collor. Agora terão que provar o que disseram ou então fazer retratação pública. Afinal, quem não deve não teme", afirmou o presidente da UNE, Lindbergh Farias, que concordou com a formação



Estudantes votam pela greve nacional no dia 4 de maio

de uma comissão de ética para averiguar todas as denúncias. Se nada for comprovado, os dois diretores deverão ser punidos.

A carteirinha é a melhor forma de finanças da UNE, pois permite que os próprios estudantes sustentem sua entidade. Sabendo disso, esses setores tentam desmoralizar essa conquista e chegam a defender abertamente o fim do "monopólio" da UNE na emissão das carteiras. Segundo o que defendem, bastaria que o estudante apresentasse uma carteira emitida por qualquer entidade para que tivesse esse direito garantido. Só esquecem de dizer que se isto acontecesse, a possibilidade de fraude seria muito maior e logo essa conquista estaria desmoralizada, prejudicando o conjunto dos estudantes.

O Coneg decidiu ainda intensificar a campanha para que o Congresso Nacional aprove o projeto da deputada Jandira Feghali (PCdoB/RJ) que institui a meia-entrada para todo o país e que o passaporte para este direito seja a carteira nacional de estudante, emitida pela UNE.

Recorde

O aumento das mensalidades es-

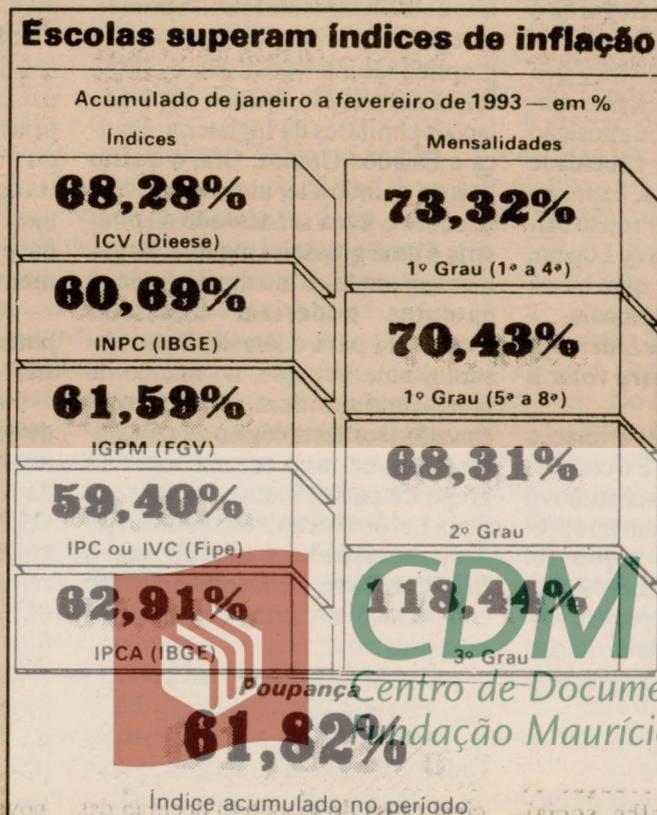
colares ultrapassou todos os índices inflacionários nos dois primeiros meses deste ano. Até os rendimentos da caderneta de poupança ficaram abaixo dos reajustes. Segundo o Departamento Intersindical de Estudos e Estatísticas (Dieese), entre janeiro e fevereiro, as mensalidades nos cursos superiores cresceram 118,44%, enquanto a poupança rendeu no período, 61,82% e o fundo, 56,86% (veja gráfico).

Mobilização

A mobilização contra o aumento abusivo das mensalidades colocou novamente os caras-pintadas nas ruas. No dia 17 de abril milhares de estudantes saíram pelas ruas de São Paulo para protestar. A passeata serve para esquentar as baterias, mobilizando para a greve que acontecerá no dia 4 de maio. Outras passeatas já foram realizadas em São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília e várias capitais.

A UNE participa da Comissão Interministerial que estuda uma nova proposta para o reajuste das mensalidades. Formada após uma audiência do presidente Itamar Franco com o presidente da UNE, a Comissão se reúne no dia 20 e tem 45 dias para apresentar suas conclusões. Até lá os estudantes querem o congelamento das mensalidades.

No Congresso Nacional, a UNE apresentou emendas ao projeto do deputado Sidney Miguel (PV/RJ), propondo que sejam realizadas auditorias nas escolas, que o INPC seja o teto máximo para os reajustes e que os aumentos só possam ser efetuados a cada quatro meses. Os estudantes querem ainda a dissociação entre a atividade acadêmica e a financeira, para impedir que alunos, principalmente as lideranças, sejam punidos na condição de inadimplência, como vem acontecendo nos últimos meses.



INTERNACIONAL

O desemprego na Europa

UMBERTO MARTINS

Millhões de trabalhadores europeus participaram de greves e manifestações de rua contra o desemprego no início deste mês. De acordo com a estimativa mais recente do Instituto de Estatísticas da CEE (Eurostat), nada menos que 10,1% da população economicamente ativa da região está condenada ao ócio. É um sintoma de gravidade da doença que abala a saúde das economias capitalistas mais avançadas ou, em outras palavras, do que pode ser conceituado como crise estrutural do sistema.

Trata-se de um fenômeno bem típico do modo de produção capitalista. Certo nível de desocupação das forças produtivas é verificável desde os primórdios do sistema. A novidade é que na atualidade o problema assumiu uma outra qualidade.

Desemprego Tecnológico

Alguns economistas cunharam a expressão "desemprego tecnológico" para referir-se ao fenômeno na forma e dimensão em que ele se manifesta nas economias modernas. Não é uma expressão exata, na medida em que atribui o flagelo exclusivamente ao desenvolvimento da tecnologia, mas ela possui o mérito de chamar a atenção para uma verdade básica sobre os mecanismos de reprodução de uma população supérflua crescente: a de que, nas condições do capitalismo (e este detalhe é essencial), o desemprego é impulsionado pela própria evolução das forças produtivas, pelo crescimento da produtividade (na maior parte das vezes derivado das revoluções da técnica aplicada na produção). Por isto aparece como o resultado do progresso histórico. Cabe verificar se trata-se ou não de uma fatalidade, de algo inevitável.

Para compreender o fenômeno, é preciso recorrer às observações feitas por Karl Marx a respeito. É bem verdade que seus escritos datam da época do capitalismo concorrencial, há mais de um século atrás. Muita água rolou desde então. Ainda assim permanece um fato que sua teoria contém as mais sábias revelações sobre o tema e no fundamental não foi superada, até mesmo porque a economia política burguesa compreensivelmente não se permite uma abordagem séria da questão (somente com o keynesianismo o desemprego passou a ser considerado um componente estrutural do capitalismo, décadas após a publicação de *O capital*).

Automação

Marx mostrou que, nas condições do capitalismo, em função das relações de produção características do sistema e da lógica do lucro, o desemprego não só é inevitável como tende a crescer como resultado do avanço da produtividade, impulsionada pela automação. O significado mais relevante deste processo é a progressiva redução do tempo médio de trabalho social-



ROSTOCK

Manifestantes saem às ruas por mais emprego.

mente necessário à produção de mercadorias.

Em conseqüência, altera-se a relação entre investimentos em meios de produção, de um lado, e força de trabalho, de outro, que Marx classificava de composição orgânica do capital (proporção entre capital constante e capital variável).

Os gastos com máquinas, equipamentos, matérias-primas, instalações, etc, crescem em ritmo maior que os salários. Apesar do aumento da produção o nível de contratação (de trabalhadores) tende a declinar, o que provoca a elevação do desemprego. Esta é, como disse Marx, a lei geral da acumulação capitalista e, em particular, a lei da população característica do sistema.

A vida deu razão a Marx. Tal como ele previa, o desemprego tem crescido progressivamente ao longo da história do capitalismo, seja em termos relativos ou absolutos, embora (é bom que fique bem claro) isto não deva ser entendido como uma evolução linear e tampouco aparecerá assim num gráfico que registre a trajetória a longo prazo do fenômeno.

Mudança de qualidade

Mais cedo ou mais tarde a elevação gradual da quantidade de trabalhadores desempregados acabaria por conceder uma nova dimensão ao problema. A mudança quantitativa estava destinada a produzir também uma alteração de qualidade. Creio que é necessário enxergar o protesto do proletariado europeu sob este prisma. É um sinal de que o nível de desocupação já ultrapassou os limites do suportável pela população.

Cabe notar, ainda, que a alteração da composição orgânica do capital provoca um outro resultado desagradável para a burguesia: uma redução das taxas médias de lucro e da produção de valor excedente, patenteando a crescente oposição entre a produtividade cada vez mais elevada e as relações de produção capitalista, a miséria de um sistema baseado na lei do valor diante das forças produtivas modernas. Este fator, contabilizado como diminuição da poupança, provoca a queda dos investimentos e é provavelmente a principal causa do gradativo declínio das

taxas de crescimento que se verifica na Europa e nas economias mais industrializadas.

A afirmação desta tendência à estagnação representa um outro sério obstáculo à criação de novos postos de trabalho. Ao mesmo tempo, a existência de milhões de párias involuntários nessas sociedades repercute sobre os gastos públicos, elevando o consumo improdutivo e acentuando os traços parasitários do sistema capitalista.

Redução da jornada

O crescimento da produtividade não provoca necessariamente o desemprego. Em tese, ele deveria e poderia ser compensado pela redução da jornada de trabalho - uma vez que diminui o tempo de trabalho socialmente necessário à produção a lógica indica que, em vez do emprego de um número menor de trabalhadores na indústria, é possível manter ou mesmo elevar o nível de ocupação diminuindo a jornada de trabalho. A experiência concreta do socialismo na União Soviética e em outros países mostram que as coisas não são tão simples como pode parecer, implicando na realocação de mão-de-obra, treinamento para novas funções e outras complicações.

Alta de classes tem resultado numa redução da jornada de trabalho mesmo no capitalismo, mas não em grau suficiente para eliminar o desemprego. Ocorre que tal solução contraria frontalmente os interesses dos capitalistas, de forma que especialmente em condições de crise como a atual esta saída é improvável, além de demandar intensas lutas. O meio de valorização do capital, hoje como sempre, é o tempo de trabalho gasto na produção de mercadorias que excede o necessário à reprodução do valor correspondente ao salário. Não há outra forma de obter lucro, de modo que uma jornada menor, não se alterando os salários e outras condições, significa a subtração de lucros.

A redução da jornada, que mais e mais é uma exigência da evolução das forças produtivas e um pressuposto para o progresso, requer formas mais sofisticadas de organização da economia. Para garantir o direito ao emprego é preciso destruir o sistema capitalista e erguer, em seu lugar, uma sociedade nova, socialista. Б МОЖ БУДИТЕЛЬНО

Quando a montanha pode parir um rato

O G-7 se reuniu esta semana em Tóquio tendo como pauta a crise da Rússia. Os líderes das potências capitalistas estão assustados com a possibilidade de que o agravamento das contradições econômico-sociais, eventualmente até uma hiperinflação, acabe por inviabilizar a transição burguesa em curso naquele país. Solenemente eles fazem do encontro uma promessa de que um fundo de 40 bilhões de dólares será organizado para estabilizar as coisas e financiar o projeto que (diga-se de passagem) vem sendo orientado, e em parte diretamente executado, por técnicos FMI e "especialistas" norte-americanos.

Aparentemente há uma forte vontade e unidade política dos ricos em torno deste propósito. A possibilidade de que um plano de gênero seja realizado deve ser admitida em tese. O desenvolvimento do capitalismo de Estado neste século fortaleceu o peso das políticas econômicas na determinação do rumo das sociedades. O Plano Marshal no passado e a própria formação do G-7 refletem isto. O poder de uma ação coordenada das potências não é desprezível. Mas não se deve apostar na hipótese de que a reunião convocada para o Japão seja coroada de êxito.

A burguesia não dispõe de um cheque em branco para fazer história e as condições econômicas do mundo hoje não são as mesmas do pós-guerra. A capacidade de investimentos externos, pouco sensível a proclamações estereis, é dada e também limitada pela posição do balanço de pagamentos. EUA e Europa estão às voltas com colossais déficits públicos que, financiados com dinheiro alheio, desdobram-se em rombos nas respectivas contas correntes e transformam as nações consideradas em importadoras de capitais.

Até há pouco a Alemanha constituía uma exceção. Seus excedentes viabilizaram a ampliação dos tentáculos da poderosa burguesia germânica sobre o planeta, compraram a gratidão da França e do domínio político da comunidade. Porém o superávit alemão evaporou após a desastrosa unificação, que tem custado a bagatela de US\$ 100 bilhões ao ano e desestabilizado o câmbio no interior da CEE.

Malgrado o formidável crescimento das forças produtivas sob o capitalismo ainda não vivemos uma era da abundância, a escassez de recursos continua restringindo as perspectivas econômicas. Uma breve análise dos resultados da reunião entre Bill Clinton e Boris Yeltsin, realizada em Vancouver dia 4 de abril, por exemplo, revela que a montanha pariu um rato. Clinton ofereceu uma ajuda de US\$ 1,6 bilhão ao presidente russo, dos quais US\$ 900 milhões são, na verdade, "subsídios disfarçados a exportações americanas", conforme o jornal inglês "Financial Times".

Também conspira contra uma ajuda maciça à Rússia o fato de que a unidade no interior do G-7 é apenas uma falsa aparência. O Japão é a única potência em condições de fazer grandes investimentos externos, porém é duvidoso que venha a fazê-lo, pois ainda exige a devolução das ilhas Kurila.

A união desses fatores tende a fazer do encontro de Tóquio um fiasco, como o realizado pelo mesmo grupo no ano passado em Munique, ocasião da promessa de US\$ 24 bilhões dos G7 para os mingua-dos cofres russos, que não foi cumprida, o que pode ocorrer de novo (U.M.)

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Atlântico Global

NACIONAL

Racistas matam
líder comunista

Forças racistas e anti-democráticas da África do Sul cometeram mais um hediondo crime. Assassinaram a tiros o secretário-geral do Partido Comunista Sul-Africano, Chris Hani. Hani era homem de ação e de grande prestígio. Ao lado de Mandella era também um dos principais dirigentes do Congresso Nacional Africano - CNA. As homenagens à sua figura de revolucionário tomaram conta de toda a África do Sul. Hani foi enterrado quase dez dias após ter sido assassinado. Grandes mobilizações de massa aconteceram e os choques entre os negros e a polícia tiveram como consequência a morte de várias pessoas.

Em todo o mundo fizeram-se ouvir as vozes de protesto solidário, por parte daqueles que lutam pelas liberdades e pelo progresso social. João Amazonas, presidente nacional do Partido Comunista do Brasil - PCdoB, enviou ao Comitê Central do Partido Comunista Sul-africano a seguinte mensagem de condolências:

"Em nome da Direção Nacional do PCdoB, expressamos solidariedade internacionalista com vosso Partido e todos os combatentes sul-africanos em virtude do bárbaro assassinio do camarada Chris Hani, secretário-geral do PC Sul-africano.

"O atentado mortal que vitimou o camarada Chris Hani é mais um crime das forças racistas e fascistas que atuam em vosso País, inimigos do povo e da liberdade, partidários do injusto regime do apartheid.

"Os comunistas brasileiros que lutam contra o imperialismo e por um novo regime progressista para toda a humanidade, associam-se convosco neste momento de dor e manifestam a confiança de que os militantes de vosso Partido, unidos com o povo sul-africano saberão superar essa dura perda e avançar em seu combate pela emancipação nacional e social"

Amazonas enviou também mensagem ao presidente do CNA, Nelson Mandella, afirmando:

"Expressamos a solidariedade dos comunistas brasileiros em virtude do bárbaro crime perpetrado contra o camarada Chris Hani, destacado dirigente de vossa organização.

"Estamos solidários com o povo sul-africano em sua luta pela emancipação nacional e social"

De outra parte o vereador por São Paulo (capital) Vital Nolasco, em seu nome e da vereadora Ana Martins, ambos do PCdoB, pronunciou-se a respeito na Câmara Municipal, dizendo entre outras coisas:

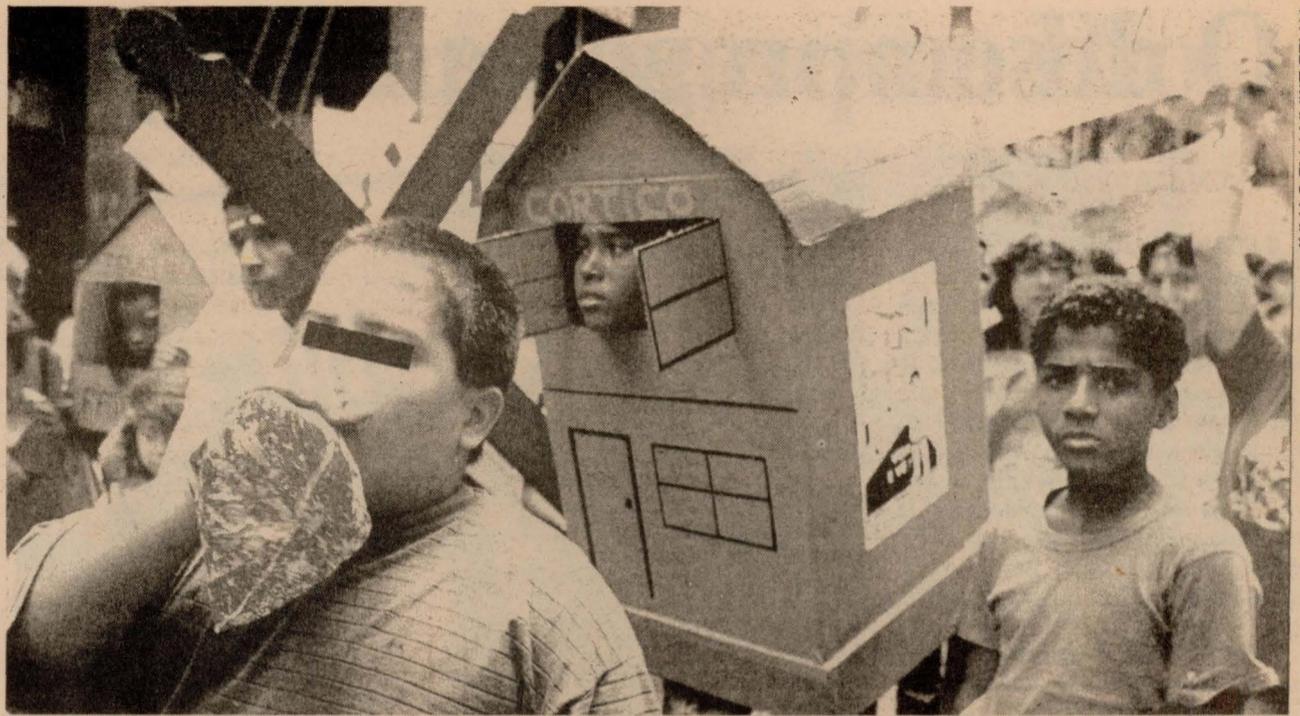
"É com muito pesar que registro o assassinato do líder do Partido Comunista Sul-africano, camarada Chris Hani.

"O camarada Hani era membro do Comitê Executivo do CNA desde 1975. Serviu como chefe do Estado-Maior do Exército do CNA de 87 a 92. Ao mesmo tempo era um destacado dirigente do Partido Comunista, aliado do CNA e se converteu em secretário-geral do PCSA em 1991.

"Esse crime cometido pelo fascismo e pela reação internacional vem colocar às claras a real face do sistema capitalista, sistema esse inimigo do avanço e do progresso da humanidade, inimigo dos povos e inimigo dos trabalhadores... A luta contra o racismo, a eliminação total do racismo, só terá lugar quando a humanidade varrer definitivamente da face da Terra a exploração do homem pelo homem".



Chris Hani



Meninos de rua fazem manifestação em defesa da vida

Inferno para a infância

JUAREZ TADEU
Coordenador de UNEGRO

No ano passado, houve um expressivo aumento do extermínio - físico e institucional - de crianças e adolescentes no Brasil. Os responsáveis por este aumento são os grupos de extermínios, as quadrilhas de traficantes de drogas, os policiais em serviço ou não o chamado "extermínio institucional", provocado pela intensificação da crise econômico/social. Os números levantados seguem a tendência registrada na pesquisa feita pelo IBASE - Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas -, entre o ano de 1984 e setembro de 1989. O aumento da violência atinge todos os Estados. Suas vítimas principais: crianças pobres e negras.

As conclusões podem ser piçadas dos relatórios secretos produzidos pela Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro e pelo Serviço de Inteligência da Polícia Militar do Estado de São Paulo. O relatório preliminar do TCU - Tribuna de Contas da União - da auditoria feita nos programas sociais do governo dá os dados sociais que alimentam esse massacre.

Segundo o relatório da Secretaria de Segurança Pública do Rio, no ano passado, foram assassinados 424 menores de 18 anos no Estado, até o mês de novembro. O número representa um aumento de 38,6% em relação ao ano anterior: 306 assassinatos. As mortes se distribuem da seguinte forma dentro do mapa da violência do Estado, Capital, 173 assassinatos; Baixada Fluminense, 112, e Interior, 84. No relatório não constam os casos de violências registrados entre novembro e dezembro do ano passado: 55 crimes.

No outro extremo da via Dutra, a situação não é diferente. Os números do Serviço de Inteligência da Polícia Militar de São Paulo seguem os mesmos rastros dos números da Secretaria de Segurança do Rio. Pelos dados levantados, a polícia Paulista conclui: em cada cem crianças e adolescentes as-

sassinados no Estado, um tem menos de quatro anos de idade; cinco têm entre cinco e nove anos; 16 têm entre 10 e 14 anos. O maior número de jovens assassinados está na faixa entre 16 e 19 anos.

Dos dois relatórios podem ser pinçados também o perfil das crianças e adolescentes vítimas privilegiadas da violência social. Eles reproduzem os traços revelados pela pesquisa feita pelo IBASE. No Rio de Janeiro, setenta e cinco por cento dos menores de 18 anos de idade assassinados são negros, segundo a análise feita pelo CEAP - Centro de Articulação das Populações Marginalizadas. Em São Paulo, 87% das crianças e adolescentes assassinados pertenciam ao sexo masculino e 52% eram negros, revelam os dados apurados pelo NEV-USP - Núcleo de Estudo da Violência da Universidade de São Paulo. As duas entidades desenvolvem trabalhos que denunciam o extermínio de crianças e adolescentes no Brasil.

Pobreza/Violência

Os cruzamentos dos dados constroem uma ponte entre a queda vertiginosa dos indicadores sociais e o aumento das violências contra a juventude. Ela é o elo mais frágil da corrente da crise econômico/social no mundo.

Nos últimos anos, a proporção de crianças e adolescentes que vivem abaixo dos limites oficiais de pobreza de seus países aumentou. Entre esses países estão Canadá, Alemanha, Reino Unido e Estados Unidos da América. O relatório sobre a situação da infância em 1991 revela: "No Reino Unido, por exemplo, a proporção de crianças de família cuja renda está abaixo da renda média do país mais do que duplicou em uma década - de 12% em 1979 para 26% em 1989. Na cidade de Nova Iorque, 40% das crianças vivem abaixo do limite oficial de pobreza. Nova Iorque está entre as cidades que registram maiores índices de criminalidade e violência contra a infância e juventu-

de.

Nos países pobres, estrangulados pela dívida externa a situação é ainda pior. O pagamento da dívida os gastos nas áreas sociais como saúde e educação, por exemplo. Em 1989, nos 95 países com renda baixa e média, o Banco Mundial registrou a seguinte proporção na distribuição do PIB - Produto Interno Bruto: saúde, 1,1%; educação, 2,5%; serviço da dívida externa, 4,5%. Resultado: 117 milhões de crianças e adolescentes desnutridos e fora do sistema formal de educação em 1991, segundo relatório da Unicef - Fundo das Nações Unidas para a Infância. Os números são subestimados segundo análises de muitas entidades internacionais. Porém eles dão a largura do problema nos países periféricos, localizados na América Latina, sul da Ásia e no continente Africano.

Os números do extermínio

O relatório preliminar do TCU - citado acima - reproduz o mesmo quadro em escala nacional. Segundo ele, 66% dos brasileiros comem mal; 43% das crianças com menos de cinco anos vivem em condições de extrema miséria; a desnutrição crônica das regiões norte e nordeste é três vezes maior do que em outras regiões; a distribuição da riqueza é extremamente desigual; 25% das crianças mais pobres sobrevivem com renda média 23 vezes inferior aos 25% das mais ricas; os 25% das mais pobres ficam com 3% da renda nacional; as 25% mais ricas ficam com 72% dessa renda.

Estes números alimentam o extermínio: físico e institucional. Eles transformam o país num inferno para a infância. Num lugar onde "Abola, a roda, o sonho/Não são mais brincadeiras/ Tão cedo são jogos duros/ Que furtados o dia a dia/ Abrasam a esperança/ Adiam o acontecer", mas que apesar disso, "A infância não perde os ventos/ Não tem o que o vento levanta/ São tempestades", como bem registrou o poeta e militante negro Ele Semog.

PCdoB

Encontro dos comunistas

NADIA CAMPEÃO
Do comitê Regional de SP

O PCdoB de São Paulo realizou com êxito um Encontro Estadual, nos dias 3 e 4 de abril, em uma colônia de férias em Mongaguá, município do litoral paulista. Cerca de 200 participantes enfrentaram mais de 14 horas de debates, mas predominou o clima de animação e muita descontração nos momentos de confraternização. Estavam representados 33 municípios e 15 organizações partidárias da capital, entre elas os comitês dos condutores, dos metroviários e do funcionalismo. Compareceram também os membros do Diretório Regional, deputados e vereadores, da capital e do interior.

Nova ordem

O debate teve início pelos temas políticos. Renato Rebelo fez uma exposição panorâmica sobre os conflitos e as tendências da nova ordem internacional, destacando que embora as potências imperialistas desencadeiem ofensiva em plano mundial, as contradições entre elas próprias e com as nações e povos oprimidos, vão se agudizando continuamente. Já os movimentos progressistas, os revolucionários e socialistas, atuam sob pressão reacionária, num quadro desfavorável, que exige uma ação de resistência ativa. Levando em conta estes fatores e a experiência que fazem países como a China e a República Popular e Democrática da Coreia, o PCdoB se debruça na elaboração do seu programa com base na resolução do 8º congresso de lutar, desde já, pelo socialismo.

Aldo Rebelo examinou a conjun-

tura política nacional, sobretudo as recentes batalhas contra as privatizações da Poliolefinas e da CSN, destacando a ação combativa do PCdoB neste processo, opondo-se praticamente à pressão dos banqueiros e seus aliados, inclusive a Força Sindical, e à cedência do governo Itamar. Demonstrou que continuam fortes as pressões norte-americanas que pretendem quebrar a espinha dorsal da economia brasileira visando barrar seu desenvolvimento industrial, tecnológico e científico independentes. As próximas batalhas, da lei de patentes, defesa da Embraer e revisão constitucional, continuam a exigir mobilização e luta dos comunistas e setores progressistas da sociedade.

Fortalecimento partidário

No segundo dia, a discussão voltou-se para o tema do crescimento e fortalecimento partidário. O secretário do Diretório Regional apresentou uma informação de prestação de contas das atividades de direção do período desde a Conferência. Constatou que, sobretudo após os resultados eleitorais de 92, criou-se nova situação, de maior abrangência e influência políticas no Estado, que exige do partido maior capacidade de elaboração, de direção e execução, geral e específica.

Como base deste esforço apontou-se três componentes: o PCdoB deve continuar situando-se com acerto na luta política, obter maior crescimento e organicidade partidária, e constituir base própria de massas, a partir dos mandatos e intervenção nos movimentos, vincando nossa fisionomia própria.

Foram anunciadas medidas concretas como o esforço coordenado de direção dos 11 mandatos que o partido tem no estado, através da secretaria parlamentar, formação das bancadas da Câmara Municipal da capital e da Assembléia Legislativa e seminários que envolvam todos que atuam junto aos mandatos. Para ampliar a capacidade de direção política geral e executiva do secretariado, criou-se a secretaria das frentes de massa e incorporou-se a secretaria de finanças.

É possível crescer

No debate central que se deu em torno de como acumular, política e organicamente, para o PCdoB, foi geral a opinião de que é possível crescer, apesar das dificuldades do momento que se vive no país e no mundo. Viu-se a necessidade de se pensar e planejar, em cada organização, da base à direção, no partido como um todo, no seu papel essencialmente político, ao qual devem estar subordinadas todas as demais atividades setoriais e específicas. Dedicar o melhor do nosso esforço e mais do nosso tempo à tarefa de reunir o partido, discutir a política, formar os quadros, trazer novos militantes.

O Encontro Estadual foi, na avaliação geral, um ponto alto para o PCdoB em São Paulo. Sem se confundir com a realização da Conferência Regional, que é o fórum máximo deliberativo no Estado, se insere nas resoluções do 8º Congresso que indicavam no sentido de promover momentos de debate, de reflexão, de entrosamento e democratização da vida de partido dos comunistas.

PT próximo da lógica neoliberal

RENATO RABELO
Membro do CC do PCdoB

É possível a existência de uma estratégia nacional, baseada nos interesses fundamentais do Brasil? Mesmo sem o aprofundamento maior dessa questão, podemos afirmar de início, que nosso país tem condições estruturais - extensão territorial, certo parque industrial construído e grandes recursos materiais e humanos - para definição de um projeto autônomo, baseado em seus interesses geopolíticos, sem cair, evidentemente, em posição autárquica ou isolacionista. No entanto, diante da tendência do desenvolvimento capitalista atual, a burguesia brasileira é cada vez mais impotente para estruturar e conduzir um plano dessa ordem, restando para ela uma única alternativa: subordinar-se à estratégia que expresse a hegemonia dos países ricos, imperialistas, sobretudo os Estados Unidos.

Nesse sentido, o conjunto das forças dominantes - grandes capitalistas, nacionais e monopólios estrangeiros - buscam, utilizando vastos recursos e meios, impor assim um projeto de fora, de conteúdo liberal-burguês-imperialista para o país. Porém, essa oligarquia todo-poderosa não encontrou ainda o modelo (o ajuste) que traduza a aplicação dessa linha dita neoliberal à realidade concreta do nosso país; e também não conseguiu reunir forças suficientes e unidade para uma implementação completa. Desse modo, a resistência das forças populares e progressistas é primordial para modificar o curso determinado pelos grupos dirigentes, tendo em vista a viabilização de um projeto que atenda as reais necessidades do país e do povo brasileiro. É claro que este projeto para se tornar realidade, exige cada vez mais a formação de um governo democrático de base popular.

É nesse sentido que levanto um primeiro questionamento aos programas e planos que vêm sendo produzidos ultimamente pelas correntes predominantes no PT. Neste partido, a tendência que prevalece se afasta de qualquer projeto que tenha como base a definição dos interesses nacionais, ou até mesmo a defesa de certas posições de soberania política e econômica. Como consequência, a visão petista resultante vai se aproximando da lógica neoliberal, utilizando um rótulo próprio, na apreciação e tomada de posição de temas tais como: privatizações, abertura de mercado, integração "competitiva" ao primeiro mundo, investimentos estrangeiros, empresa nacional e reserva de mercado.

A ênfase dada à "distribuição de renda", enquanto máxima programática do PT, fica solta ou se torna demagógica porque se rende às premissas da modernidade - competitiva-liberal. Não consegue distinguir interesses geopolíticos brasileiros dos interesses fundamentais dos Estados Unidos e demais potências capitalistas. Lula, em recente entrevista à revista *Veja*, indicando o que Itamar Franco deveria fazer com relação ao novo Presidente norte-americano, pontificava: "Não há razão para ficar como um coitado esperando que o grande irmão do Norte (sic) defina as regras do jogo. É claro que ele é o grandalhão, mas nós já poderíamos estar lá, discutindo, querendo saber, estabelecendo melhores relações". Assim, transmite o entendimento de que estamos no mesmo campo de luta ou na mesma trincheira. O diabo é que o "grande irmão do Norte" tem o Brasil no seu plano como retaguarda estratégica aos seus objetivos hegemônicos mundiais. Entre nós e eles não há coincidência de rumo. A relação neste caso é entre país dominante e país dominado. O programa do PT e Lula não enxergam mais tal situação.

PCdoB com nova sede na Bahia

A Casa estava completamente lotada. Militantes de todas as áreas, sindicalistas, políticos de diversos partidos, representantes populares, jovens e artistas. Há muito tempo não se via tanta gente junta numa sede de um partido político na Bahia. O motivo foi a inauguração da nova sede do PCdoB no dia 25 de março, data em que o partido comemorou 71 anos da sua fundação e lançou o jornal *Fora da Ordem*.

O momento foi de descontração, de festa e de luta. O deputado federal Haroldo Lima e o vereador Javier Alfaya fizeram palestra para 30 jovens sobre a história do partido e tiveram como resultado o ingresso de todos eles nas fileiras partidárias. No andar de baixo, além de algumas palavras do presidente do partido Luiz Nova, de Haroldo e de Everaldo que lançou o novo jornal do PCdoB, muito cravinho, cerveja e tira-gosto à vontade.

Na Bahia, o ponto alto das comemorações dos setenta e um anos de fundação do partido foi o lançamento do jornal *Fora da Ordem*, um



O deputado Haroldo Lima fala na inauguração da Sede do PC do B na Bahia

jornal do PCdoB para os trabalhadores e pelo socialismo.

Jornal de linguagem ágil e fácil, o *Fora da Ordem* procurou no seu número zero tratar temas atuais e de interesse geral.

Traz matérias sobre a truculência do governador Antonio

Carlos Magalhães, o arrocho salarial, a posse de Bill Clinton nos Estados Unidos, além de um editorial apresentando os objetivos dessa nova publicação do partido.

Jornal de circulação mensal, o *Fora da Ordem* sairá inicialmente com uma tiragem de 50 mil exemplares.

MILTON MENDES

Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

MORADIA

Miséria empurra o povo para as favelas, cortiços e viadutos

GUIOMAR PRATES

Onde moras? Esta pergunta, lançada pela igreja na Campanha da Fraternidade deste ano, tem várias respostas. A lista de endereços vai desde os bairros luxuosos onde habitam poucos milhares de brasileiros privilegiados, como PC Farias (que acabou de comprar outra mansão em São Paulo, pagando alguns milhões de dólares) aos cortiços e favelas que se espalham pelo país afora, abrigando homens, mulheres e crianças que dormem, comem e vivem, ou melhor, sobrevivem amontoados. Afora esses, muitos ainda moram embaixo de viadutos e pontes, se confundido com o lixo espalhado pelas ruas das grandes cidades.

O Censo divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) dá conta de que existem 3,2 mil favelas no Brasil. Destas, 1,2 mil estão no Estado de São Paulo. Mais da metade das favelas paulistas se localizam na periferia da capital e no interior do Estado. Em Campinas, por exemplo, existem 74 aglomerações desse tipo, concentrando 5% dos domicílios locais.

Na cidade de São Paulo, um milhão de pessoas vivem em favelas. Outras três milhões vivem espremidas em cortiços. Cerca de 300 mil novos moradores chegam a essa que é a maior cidade do país todo ano, em busca de trabalho e a maioria vai engrossar o contingente de miseráveis que habitam a periferia.

No município do Rio de Janeiro existem 394 favelas, criando um mundo à parte da sociedade, com leis próprias, comandadas na maioria, por bicheiros e traficantes, os únicos que se "preocupam" e procuram dar alguma assistência a esse povo marginalizado.

Os estados mais favelizados, além de São Paulo são Rio de Janeiro, com 661 favelas; Minas Gerais, com 249; Pernambuco, com 251; Rio Grande do Sul, com 171; e Paraná, com 140. Em Recife, capital de Pernambuco, 42,2% dos domicílios estão situados nesses aglomerados.

Déficit habitacional

A crise habitacional brasileira se acentuou a partir da década de 70, com a implantação do modelo econômico que privilegiou a monocultura para exportação, expulsando a população rural para os grandes centros urbanos. Em 1970 a população rural era 70% e hoje não alcança 26%.

O déficit habitacional é estimado entre 12 e 15 milhões de moradores. A recessão e o desemprego, aliados à ausência de uma política de planejamento urbano e habitacional para a população de baixa renda, são apontados por Celso Jara, diretor do Departamento de Geografia do IBGE, como os fatores responsáveis pelo que ele chama de "universalização das favelas" no Brasil. Segundo ele, a "periferização e favelização do interior já se inserem no processo de urbanização nacional e a tendência desse fenômeno é se espalhar cada vez mais", adverte o especialista.

Na verdade, no Brasil, apesar da criação do Banco Nacional de Habitação (BNH), em 1964, nunca houve uma política de habitação popular que realmente enfrentasse esse problema. O BNH só destinou 13% de seus recursos para a moradia popular.

"O enfrentamento dessa situação exige que o poder público municipal, estadual e federal atue em conjunto e ouça as entidades representativas da população para encontrar soluções", afirma Ana Martins, vereadora do PC do B/SP e liderança do Movimento em Defesa da Moradia Popular na zona leste da capital paulista.

Movimento pela moradia

O povo vem procurando encontrar, por seus próprios meios, a solução para seu problema de moradia. Desde a década de 60 as áreas abandonadas pelo poder público vêm sendo ocupadas pelas favelas. No início da década de 80 ocorreram grandes ocupações de terras que se encontravam ociosas, organizadas pelos movimentos populares, como ocorreu em 1987, na zona leste de São Paulo. A população resistiu à violência com que foi tratada. Normalmente, essas ocupações, que deveriam ser tratadas como um problema social, passam a ser vistas como caso de polícia.

No dia 1º de abril, cinco mil sem-teto das zonas Sul, Leste e Centro realizaram uma manifestação em frente ao Palácio das Indústrias, sede da Prefeitura de São Paulo. Durante cinco horas, os manifestantes



Pessoas expulsas de uma ocupação em Salvador (1981).

reivindicaram a construção de moradias populares e a reurbanização de favelas e cortiços. Mais uma vez, a política de Paulo Maluf foi de tratar o povo como animal. Aos 200 guardas metropolitanos se juntaram soldados da PM que, num confronto com manifestantes, utilizaram golpes de cassetete e jatos de spray de gás lacrimogênio, agredindo principalmente mulheres e crianças.

Segundo os coordenadores do movimento, os sem-teto querem a liberação de Cr\$ 500 bilhões previsto no orçamento deste ano, que permitiriam a construção de 9.600 casas populares, e a suplementação de verba no valor de Cr\$ 200 bilhões para a construção de novas unidades, além da reurbanização de favelas e cortiços. Essas e outras foram promessas de Maluf durante a campanha eleitoral.

Com 1,7 milhão de desempregados na grande São Paulo e a pressão dos altos índices de reajuste dos aluguéis, milhares de pessoas são despejadas de suas casas e muitos vão morar nas ruas. Insensível a essa situação, o Secretário de Habitação malufista, João Melão, determinou, logo no início de seu governo, que os ocupantes de áreas públicas serão excluídos dos programas de moradia da prefeitura, discriminando e tratando milhares de famílias e trabalhadores como criminosos. Aos favelados, Maluf acena com o título de "Permissão do Uso Precário", que nada mais é do que um compromisso assinado pelo morador de que assim que a Prefeitura solicitar o imóvel, acatará o despejo.

Preocupada com o número cada vez maior de pessoas que não têm onde morar, a Confederação Nacional das Associações de Moradores (Conam) apresentou ao congresso um projeto de iniciativa popular, com um milhão de assinaturas, propondo a criação do Fundo Nacional de Moradia Popular. Mas é certo que, sem uma grande mobilização, dificilmente esse projeto irá à votação. As condições de vida do povo brasileiro só serão superadas quando a unidade do povo for suficiente para substituir a lei do lucro máximo pela lei da satisfação das necessidades, que dê condições dignas à sua existência.